



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MS”
REALIZADA EM 25/03/2026**

**ATA DA QUINTA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O TEMA “O FORNECIMENTO DE
ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL” — REALIZADA NA
QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas e doze minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Caravina, presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e coordenador da Frente Parlamentar Municipalista, deu-se abertura da Audiência Pública com o tema "O Fornecimento de Energia Elétrica no Estado de Mato Grosso do Sul".

MESTRE DE CERIMÔNIA (Severina da Silva) — Autoridades, parlamentares, representantes de entidades de classe e das organizações não governamentais, senhoras e senhores, boa tarde, sejam todos bem-vindos. Boa tarde a quem nos acompanha ao vivo pela TV Alems, canal 7.2 da TV aberta, pela Rádio Alems, conectada à Rádio Senado, na frequência 105.5, e pelas nossas plataformas digitais. Temos Wi-Fi disponível; para se conectar, localize em seu dispositivo a rede Alems. Informamos que estarão disponíveis no site da Alems a matéria jornalística, os registros feitos por fotógrafos oficiais e as notas taquigráficas, dentro do prazo regimental. A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por proposição do deputado Caravina, coordenador da Frente Parlamentar Municipalista, recebe a todos nesta Casa de Leis para a Audiência Pública sobre "O Fornecimento de Energia Elétrica no Estado de Mato Grosso do Sul". Esta Audiência tem por objetivo reunir autoridades, representantes do setor e a comunidade para debater problemas que prejudicam a qualidade de vida da população e impactam significativamente a economia, especialmente o comércio e a produção rural, de modo que se encontrem soluções para as interrupções constantes do fornecimento de energia e para a demora no restabelecimento do serviço, nas áreas rurais e urbanas do Estado de Mato Grosso do Sul. Senhoras e senhores, convidamos para compor a mesa de abertura dos trabalhos o proponente, Sua Excelência o senhor deputado Caravina, coordenador da Frente Parlamentar Municipalista. Representando o Governo do Estado, convidamos o secretário-adjunto da Casa Civil, o senhor Éder Uilson França Lima. Convidamos o deputado federal por Mato Grosso do Sul Beto Pereira. Convidamos o prefeito de Batayporã, o senhor Germino Roz, diretor para Assuntos Municipalistas da Assomasul. Convidamos o vereador Júnior Coringa, do município de Campo Grande, vice-presidente da União das Câmaras de Vereadores de Mato Grosso do Sul (UCVMS). Senhoras e senhores, teremos neste momento a execução do Hino do Estado de Mato Grosso do Sul (letra de Jorge Antônio Siufi e Otávio Gonçalves Gomes, e música de Radamés Gnattali). *[execução do hino]*... Registramos a presença neste plenário das seguintes autoridades: o prefeito de Amambai, senhor Sérgio Diozébio Barbosa; o prefeito de Aparecida do Taboado, senhor José Natan de Paula Dias; a prefeita de Bataguassu, senhora Wanderleia Duarte Caravina; o prefeito de Glória de Dourados, senhor Júlio Buguelo; a prefeita de Jateí, senhora Cileide Cabral da Silva Brito; o prefeito de Rio Negro, senhor Henrique Mitsuo Vargas Ezoe; o prefeito de Selvíria, senhor Jaime Soares Ferreira; o prefeito de Tacuru, senhor Rogério de

Souza Torquetti; o vereador Fábio Vinícius de Mello, de Batayporã; a vereadora Maria Jovelina da Silva (Jô Silva), de Brasilândia; o vereador Leandro Rosa de Souza, de Cassilândia; o vereador Leandro Rosa de Souza e o vereador Deunizar da Silva Dias, ambos de Juti; o presidente da Câmara Municipal de Selvíria, vereador Aristides Pinheiro bastos Junior; do vereador Fábio José Milani Granjeiro (Fabinho Milani), de Tacuru; o vereador Eugênio Fernandes, do município de Bandeirantes, aqui representando o prefeito Celso Abrantes; e o secretário de Governo do Município de Brasilândia, senhor Eraldo de Azevedo Coelho, representando a prefeita Márcia Amaral. Registramos a presença no Plenário Especial das seguintes autoridades: Adriana de Vito Ortiz, coordenadora de convênio da Aneel [Agência Nacional de Energia Elétrica], representando a Agems [Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul]; senhor Antonio José Ângelo Motti, secretário-executivo do Procon/MS; senhor Lucas Galvan, diretor-executivo da Famasul [Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul]; senhor Paulo Patrício, coordenador da Câmara Técnica de Energia da Agems; senhor Artur Granda, gerente comercial da Energisa/MS; senhora Rafaela Luchini Donha, engenheira civil, diretora de Meio Ambiente da Agesul [Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos]; senhor Luís Eduardo Costa, assessor de logística da Semades [Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação]; e o senhor Eder Souza Oliveira, diretor da Assuleite. Presentes também: o vice-prefeito de Inocência, senhor Henrique César Liria Alves; o vice-prefeito de Juti, senhor Elicio Rocha; o vice-prefeito de Alcínópolis, senhor Waldemar Barbosa Filho; o vice-prefeito de Jateí, senhor Francisco Alves Araújo; o vice-prefeito de Água Clara, senhor Jorge Mortari; o vice-prefeito de Batayporã, senhor Cacildo Paião; e o vice-prefeito de Bataguassu, senhor Clayton Silva. Convidamos para também compor a mesa o deputado Roberto Hashioka. Registramos ainda as seguintes presenças: do procurador municipal, doutor Everton Faleiros Pádua, coordenador do Procon de Santa Rita do Pardo; do senhor Roberto dos Santos Barboti, secretário de Obras do Município de Santa Rita do Pardo; do senhor José Geraldo Palejo Jara, presidente do Conselho Regional da Região Urbana do Segredo; e da senhora Meire Maciel, presidente do Conselho Comunitário da Secretaria Nova Lima e Região. Senhoras e senhores, para fazer a abertura oficial e presidir esta Audiência Pública, anunciamos o proponente, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA - PSDB (proponente) — Declaro aberta a presente Audiência Pública, que debaterá a qualidade do fornecimento de energia elétrica no Estado de Mato Grosso do Sul. Boa tarde a todos. Meus cumprimentos ao secretário de Estado da Casa Civil, meu amigo ex-prefeito Eder Uilson, o Tuta, neste ato, representando o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, obrigado pela presença, é muito importante a presença do Estado. Cumprimento o nosso amigo deputado federal Beto Pereira, presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, representando a nossa bancada federal, obrigado pela presença. Saúdo o nosso amigo Germino Roz, prefeito de Batayporã e diretor para Assuntos Municipalistas da Assomasul, neste ato, representando todos os prefeitos e gestores públicos do estado. Cumprimento o vereador Junior Coringa, vice-presidente da União das Câmaras de Mato Grosso do Sul, representando todos os

vereadores do estado. E meus cumprimentos a todos os demais presentes... Agradeço imensamente a presença de tantos vereadores aqui, deles provêm muitas das demandas que vamos abordar hoje, porque justamente eles são uma espécie de para-choque no dia a dia do município. Agradeço aos prefeitos, que já foram nominados, aos vice-prefeitos, aos representantes da Energisa e às demais autoridades. Deixo já o meu protesto pela ausência do representante da empresa Eletro, que presta seus serviços em cinco municípios; não sei por que não veio, porque há problemas relatados também com relação ao fornecimento de energia nesses municípios. Enfim, agradeço a presença de todos. O objetivo do nosso encontro, como já dito pelo cerimonial, é reunir de forma democrática a população, o poder público, o setor produtivo, lideranças e concessionárias. A ideia de fazer esta Audiência Pública surgiu de demandas que vêm da população. E não estamos aqui para execrar, criticar, nem para desancar as concessionárias, muito pelo contrário, o que nós queremos é entender os problemas relatados pela população e encaminhar soluções. Algumas das nossas tarefas: avaliar como está o fornecimento de energia no estado; identificar as causas das recorrentes interrupções que vêm acontecendo, a demora no restabelecimento dos serviços e os prejuízos daí decorrentes para a população; e entender os custos para as extensões de rede e quais são os critérios usados para precificá-las. Esse problema da extensão é outra questão que tem incomodado os municípios, pois as concessionárias têm exclusividade para trabalhar em redes de alta tensão, e há sempre o óbice dos custos altos para levar essa energia aonde não há. Outro tópico nosso será a questão do modelo trifásico... Aqui aproveito para parabenizar o Governo do Estado, que dia 19 agora fez um evento em parceria com a Energisa, anunciando a substituição do modelo monofásico pelo trifásico, muito embora várias regiões tenham ficado de fora. Precisamos entender o que pode ser feito para que esse trabalho do trifásico contemple todas as regiões, principalmente os assentamentos rurais e quilombolas, que sofrem com a questão do monofásico. Outra tarefa nossa será debater os impactos sobre a população e o setor produtivo; e, por fim, buscar encaminhamentos concretos capazes de promover melhorias no fornecimento de energia elétrica. Este é o nosso objetivo e este é o papel da frente que coordeno, a Frente Parlamentar Municipalista, a nossa missão é dar esse apoio aos municípios em todas as questões, e a energia é um outro problema que nos preocupa bastante. Bom, a dinâmica da audiência ocorrerá da seguinte forma: primeiro abrimos a palavra aos componentes da mesa para uma breve saudação; em seguida, temos a exposição dos temas específicos pelos oradores, cada qual tendo dez minutos para fazer sua explanação; por fim, manifestam-se componentes do Plenário Especial e da plenária, cada um tendo até dois minutos, mediante prévia inscrição. Antes de tudo, porém, vamos exibir um vídeo institucional. *[exibição do vídeo]*... Passo a palavra ao prefeito Germino, aqui representando a Assomasul.

SENHOR GERMINO ROZ (diretor para Assuntos Municipalistas da Assomasul) — Boa tarde a todos. Em nome da Assomasul, dos prefeitos, em nome do presidente Thalles, que pessoalmente me pediu para vir aqui representá-los, eu quero parabenizá-lo, deputado Caravina, por essa importante, necessária e oportuna iniciativa. Nós prefeitos estamos realmente precisando de ajuda e espero que o debate nos ajude a



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MS”
REALIZADA EM 25/03/2026**

encontrar soluções. Cumprimento o deputado Hashioka, de Nova Andradina; o vereador Coringa; o deputado federal Beto Pereira; o representante do Governo do Estado, Tuta; cumprimento a todos os vereadores, prefeitos e vice-prefeitos; e agradeço à Energisa por estar aqui, por nos mostrar a situação desde a sua perspectiva. Obrigado.

DEPUTADO CARAVINA - PSDB (proponente) — Passo a palavra ao secretário-adjunto da Casa Civil, o Tuta, que vai fazer suas considerações.

SENHOR EDER UILSON FRANÇA LIMA (secretário-adjunto da Casa Civil) — Boa tarde. Em nome do governador, cumprimento o proponente, deputado Caravina; o nosso deputado federal Beto Pereira; o prefeito Germino Roz; o vereador Junior Coringa; o Arthur Granda, gerente comercial da Energisa; o deputado Hashioka; os prefeitos e vice-prefeitos; vereadores; demais autoridades e demais presentes. Estamos aqui nessa importante reunião para debater alguns assuntos relacionados ao serviço de energia, cujos problemas estão afetando os nossos municípios em todo o Estado de Mato Grosso do Sul. Todo dia nos chegam demandas dessas ali na Casa Civil, através dos nossos vereadores, através das entidades, prefeitos. Enfim, espero que nossa tarde seja produtiva. Que Deus os abençoe. Um abraço a todos.

DEPUTADO CARAVINA - PSDB (proponente) — Quero também agradecer a presença das associações de produtores rurais, de assentamentos rurais: importante a presença de cada um de vocês. Passo a palavra ao deputado estadual Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA - (União Brasil) — Boa tarde a todos. Está de parabéns o deputado Pedro Caravina pela importante iniciativa de fazer essa Audiência Pública, visto que o serviço de fornecimento de energia anda mesmo bastante problemático no estado, principalmente na zona rural. Eu mesmo tenho uma propriedade lá com luz da Eletro e tenho outra com luz da Energisa, ambas complicadas. Saúdo o Tuta, representando aqui o Governo do Estado; o deputado federal Beto Pereira; o prefeito Germino Roz, em cujo nome cumprimento os demais prefeitos e vice-prefeitos; o Coringa e demais vereadores; os representantes da Energisa. É uma satisfação ver aqui o representante da Agems, digo isso porque tive a oportunidade de ser presidente da antiga Agepan, que hoje é a Agems. Mas eu vim aqui rapidamente, deputado Caravina, eu faço parte da comissão que acompanha as tratativas com a Motiva em torno da BR-163, e como lá atrasou, resolvi dar uma passadinha para dar meu testemunho dessa dificuldade que todos estamos enfrentando. Não podendo ficar muito, só quero dizer que a Energisa, ao longo dos últimos cinco anos, perpetrou um aumento na tarifa de 37%, registrando um lucro sempre na casa do meio bilhão de reais. Aqui ninguém quer crucificar ninguém, mas é preciso investimentos para melhorar a situação do fornecimento de energia no estado. Agradeço a oportunidade, parabém mais uma vez, Caravina, tenho de sair agora mas, assim que puder, retorno para ver os desdobramentos deste importante encontro. Obrigado.

DEPUTADO CARAVINA - PSDB (proponente) — Agradecemos a presença do Muamar Mohamed, secretário de Infraestrutura do Município de Nova Andradina, neste ato, representando o prefeito Leandro Fedossi; e dos dois representantes da Agems, o Paulo Patrício, coordenador da Câmara Técnica de Energia da agência, e a Adriana Ros Ortiz, coordenadora do Convênio Aneel. Com a palavra, o vereador Coringa.

VEREADOR JÚNIOR CORINGA - MDB (vice-presidente da União das Câmaras de MS - UCV/MS) — Boa tarde a todos. Como é bom ver tantos vereadores nesta plenária, é muito importante a união das câmaras, assim o diz o presidente Daniel [Junior], que não pôde estar aqui. É muito importante a participação das câmaras, afinal elas são a caixa de ressonância das aflições e dos anseios da população, as pessoas vão lá na câmara para reclamar para nós vereadores, e aí a gente reverbera isso fazendo chegar aos deputados estaduais e federais, e aí, quem sabe, acontece alguma coisa. Parabéns então aos guerreiros vereadores de Mato Grosso do Sul. Parabenizo também o deputado Caravina, por esta Audiência Pública, que está contagiando a cidade, hoje muita gente me ligou falando a respeito. Parabéns ao Beto, esse deputado aguerrido, que vai para cima, que não teme desafios, que pensa só no bem de Mato Grosso do Sul. Parabenizo também o Eder, aqui representando o Governo do Estado, mais conhecido como Tuta; parabéns ao deputado Hashioka, grande parceiro, já foi prefeito, tem experiência e nos ajuda muito aqui na Assembleia; e parabéns ao prefeito Germino, aqui representando a Assomasul... Além de representar a União das Câmaras, Caravina, estamos aqui também para nos posicionar; eu sempre fui um dos vereadores que mais bateu na Energisa, fiz protesto, fui para cima, porque sou contra o monopólio da concessão, e, depois de muito protesto, a Energisa por fim abriu um diálogo com a Câmara de Campo Grande, através do Giovani, presente também aqui; hoje a Energisa tem participado nas câmaras e na Assembleia... Mas, repito, sou totalmente contra o monopólio. Para finalizar, acho que o nosso debate deve começar com o seguinte ponto: eu entendo que não tem de negatar o nome das pessoas no SPC, no Serasa e nos cartórios; é um absurdo que, só por ter deixado de pagar a energia, você tenha seu nome protestado no cartório, aí você tem de pagar o cartório e tem de pagar a energia. Um absurdo! Mais uma vez, então, parabenizo a Energisa por abrir esse diálogo, através do nosso companheiro Giovane.

DEPUTADO CARAVINA - PSDB (proponente) — Vou passar a palavra ao deputado Beto Pereira, ele precisa sair daqui a pouco para cumprir uma agenda. Por favor, deputado.

DEPUTADO FEDERAL BETO PEREIRA - PSDB (deputado federal/MS) — Boa tarde a todos. É um prazer enorme mais uma vez retornar à Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, a casa do povo sul-mato-grossense, ainda mais nessa ocasião especial. É uma satisfação ver esse plenário cheio, vejo aqui vereadores do estado inteiro, lideranças de associações, vice-prefeitos, prefeitos, um público realmente seleto, que veio aqui para debater um tema que tem incomodado muito o sul-mato-grossense, que é a questão do fornecimento de energia. Está de parabéns o nosso deputado Pedro Arlei

Caravina pela iniciativa de trazer esse debate para a Assembleia, isso é fundamental. É bom ver aqui também o deputado Roberto Hashioka, atuante parlamentar, municipalista também, que muito pode contribuir, tendo em vista sua formação de engenheiro. Cumprimento o nosso amigo Coringa, aqui representando a União das Câmaras de Vereadores, vereador atuante, que ama aquilo que faz. Eu não tenho dúvida alguma de que todos os vereadores aqui se sentem muito bem representados por você, Coringa. Quero cumprimentar o Germino, prefeito de Batayporã, neste ato, representando a Assomasul e o prefeito da entidade, o prefeito Thalles. Vejo aqui diversos prefeitos, na pessoa da prefeita Cileide cumprimento as prefeitas presentes. Quero cumprimentar o vice-prefeito Cleiton, lá de Bataguassu. E saúdo também o Tuta, neste ato, representando o governador Eduardo Riedel, que, como já assinalou o deputado Caravina, há cerca de dez dias lançou um programa inovador que soma recursos do orçamento do Estado a investimentos da Energisa para levar energia trifásica para os assentamentos. Hoje se sabe o quão prejudicial é, para quem está no campo, a energia monofásica, os equipamentos são mais caros, a oscilação é maior, e tudo isso traz dificuldades. Pois hoje o governador inicia um programa de investimentos de quatro anos, inversão esta somada, como disse, aos valores que a Energisa tem por obrigação investir, e esse novo modelo começa já a chegar nos assentamentos. O governador anunciou isso em Ponta Porã, lá no Itamarati (acho que o Hashioka estava na ocasião), depois segue-se um cronograma, de maneira que em todos os assentamentos do estado haverá uma mudança substancial. Visualizo daqui muitas figuras que, em algum momento, passaram a mão no telefone e me ligaram para pedir uma intervenção, um socorro para a comunidade, de modo a que se fizesse cessar essa recorrente oscilação de energia — o Luiz Gonzaga, o Dog, lá de Camapuã; o Fio do Povo, o Professor Leonardo, de Paraíso, e assim por diante. E não ligaram só para o Beto, ligaram também para o Hashioka, ligaram para o Caravina, para o Tuta; o próprio governador, que eu sei, também recebe ligações de forma recorrente, de Antônio João, de Bataguassu, e assim por diante... Bom, recentemente estive com Caravina e com vereadores no assentamento Mateira, lá no Paraíso das Águas, onde ouvi um depoimento de um assentado que realmente me chamou a atenção. Até disse a ele que seria muito importante a sua presença neste evento... Era um senhor muito simples, humilde... Diz ele: "Deputado, uma das únicas fontes de renda que eu tenho aqui é a venda do leite, só que eu perdi a produção toda (700 litros, dentro de um resfriador) por falta de energia." A gente ouve que se perdeu carne, remédio, insulina... Este é o drama daqueles que hoje residem na zona rural: a falta do fornecimento de energia elétrica ou a demora no seu restabelecimento. É isso que tem incomodado o sul-mato-grossense de forma ampla, geral e irrestrita. Agora, como bem diz o proponente — chega agora o deputado Renato Câmara, também ligado à agricultura familiar, com bastante atuação na área —, como bem diz o deputado Caravina, é natural que sobrevenham as dificuldades quando se está avançando, o governador até apelidou isso de "dor do crescimento". O estado, com efeito, está crescendo de forma vertiginosa, exponencial, ano a ano, e esses obstáculos vão aparecendo; assim, não é fácil achar mão de obra para trabalhar dentro da Energisa, a concessionária também padece na hora de contratar empreiteiras para fazer a manutenção, as expansões necessárias. Seja lá como for, os atores envolvidos na questão precisam contornar essas dificuldades

trabalhando de forma harmônica e levando sempre em conta os interesses da população sul-mato-grossense, o que não podemos é assistir a tudo isso passivamente, atônitos, daí a importância desta Audiência Pública. Até um tempo atrás, em toda cidade, você sabia o nome, onde morava, o telefone, sabia tudo de quem era o responsável da Energisa. Faltava energia na região tal, você ia até a casa do responsável da Energisa, ele conhecia a rede, ele sabia onde era banana, o que tinha de fazer, o que tinha de levar, sabia o tamanho da rede, o tamanho do fusível, tudo... Agora você só consegue falar com um atendente no 0800, é uma dificuldade danada, e você não tem mais aquela base de apoio em cada um dos municípios, ou se tem, é insuficiente para que o restabelecimento seja rápido e eficiente. A maior dificuldade nossa, de nós agentes públicos que estamos aqui para defender a população, é ter novamente uma referência dentro dos nossos municípios, é ter alguém a quem recorrer em caso de necessidade; os escritórios de hoje são apenas de fachada; nós precisamos que volte a trabalhar gente que conhece a rede, gente que nos atenda bem, gente que resolva o problema! Será que é pedir muito, para a Energisa?... Então, gente, esse é um dos nossos maiores gargalos, e nós aguardamos ansiosos por uma resposta. Quanto à minha atuação em Brasília, quero dizer que sempre lutei pela energia renovável, pela geração distribuída. Hoje temos a possibilidade (se bem que ainda um pouco onerosa) de ter um sistema de baterias de *backup* para a zona rural, podem ter certeza de que em breve isso chega... Mas hoje, quando você recorre a uma agência reguladora pedindo que ela averigue o resultado da operação de uma concessionária, eles apresentam uma métrica dizendo que está tudo dentro dos parâmetros que figuram no contrato celebrado entre a União e a dita concessionária. Mostram um gráfico que promotor nenhum consegue entender, político nenhum consegue entender, técnico algum é capaz de decifrar, e aí nós ficamos à mercê de tudo isso. Portanto, os critérios devem ser mais claros, mais objetivos, mais explícitos, para que possamos verdadeiramente fiscalizar o serviço prestado pela concessionária ao cidadão. Portanto, tanto em Brasília, quanto em cada município e no Estado, o movimento que está sendo deflagrado hoje aqui na Assembleia Legislativa vai ser de grande valia para municiar qualquer discussão ulterior na matéria, e em qualquer das esferas. Agora, é preciso que se diga: apesar dos problemas, os números, os resultados da Energisa são infinitamente melhores dos que os da Eletro, lembrando que esta encontra-se estabelecida em cinco municípios. Os colegas de Goiás dizem que nós estamos reclamando de barriga cheia: "Vocês estão no paraíso com a Energisa"... Mas nós não queremos nivelar por baixo, nós queremos qualidade no serviço que é prestado para o sul-mato-grossense, e esta Audiência Pública com certeza vai contribuir e muito para que encontremos uma saída, vai contribuir inclusive para que a própria empresa faça uma autocrítica, possa melhorar, possa criar mecanismos e critérios para que o consumidor sul-mato-grossense deixe de uma vez por todas de vivenciar os problemas que hoje vivencia... Gente, perder milhão, ninguém gosta, agora imagine o sujeito trabalhar durante uma semana, dez dias, para fazer — bruto! — R\$ 1.400,00, e ver isso indo para o ralo... ou perder a sua insulina, ou perder a carne do mês. Não dá para aceitar isso calado, não dá para fechar os olhos para aquilo que está acontecendo com as pessoas mais humildes deste estado. A presença massiva das senhoras e dos senhores aqui hoje dão bem uma amostra da importância



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MS”
REALIZADA EM 25/03/2026**

desse debate para a população de Mato Grosso do Sul. Parabéns pela participação de cada um de vocês. Muito obrigado.

DEPUTADO CARAVINA PSDB (proponente) — Obrigado, deputado Beto Pereira. Agradeço a presença do deputado Renato Câmara, a quem já passo a palavra para uma rápida saudação.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Assunto importante, deputado, parabéns. Acho que a intenção de todos aqui é melhorar a qualidade no fornecimento de energia no estado. O assunto é, porém, complexo, Germino, como você sabe. Primeiro, os assentamentos tiveram já recursos do Governo Federal, do Luz para Todos, mas ali era um fiozinho só, se você ligar um triturador, a luz cai. Segundo, existe infraestrutura em certas regiões de assentamentos, só que, como muitos deles não tem regularização fundiária, o fio passa na frente mas o assentado não pode ligar. Terceiro problema, o da poda de árvores, lembrando que Mato Grosso do Sul é um dos lugares onde mais cai raio, no mundo. E quarto, que a Energisa, quando assumiu, herdou uma infraestrutura antiga. Pois agora, sabendo de tudo isso, o governador Eduardo Riedel, junto com a Energisa, junto com o Governo Federal, vai colocar recurso no MS Trifásico, que é o anseio de todos que estão na lavoura, que estão no campo, isso vai ser bom para os aviários, para a suinocultura, para a produção de leite, esse pequeno produtor precisa de uma energia que possa de fato fazer suas máquinas funcionar... Você, Bruno, que percorre o estado inteiro levando assistência técnica do Senar [Serviço Nacional de Aprendizagem Rural], sabe: tem de haver esse investimento para que o produtor possa avançar. De modo que precisamos colocar também recursos públicos na infraestrutura, porque, enquanto a Energisa tem a obrigação de disponibilizar a energia, as linhas de transmissão ficam a cargo de outras empresas (que também têm de entrar nesse bolo dos investimentos), e quem recebe pela energia é uma terceira empresa, é a Cesp, são fazendas de energia limpa... Então, senhores, quando se fala em energia, quem gera recebe, quem transmite recebe, quem distribui recebe, e o Estado recebe também, via ICMS. Portanto, mais do que oportuna a presente discussão, ainda mais com a presença aqui dos principais atores envolvidos nessa questão, como os prefeitos... Aliás, os prefeitos, que têm lá a sua Cosip (Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública), precisam também investir na distribuição dentro da área urbana. Então, gente, todo esse esforço conjunto nosso nasce de um sentimento, de um anseio que é de todos, de que nós precisamos avançar, precisamos melhorar — ainda mais agora com tantos investimentos chegando, na celulose, na suinocultura, que cresce a passos largos, na avicultura, na região do Cone Sul e noutras áreas, e sem energia nós não conseguimos avançar. Mato Grosso do Sul é o estado que mais cresce na Federação, 12% ao ano, estamos superando de longe a China, que está em recessão: é estrada chegando, é energia chegando, é crédito, é assistência técnica... Parabéns, Caravina, parabéns, prefeitos, vice-prefeitos, vereadores. Amigos, contem comigo nessa caminhada. Obrigado.

DEPUTADO CARAVINA - PSDB (proponente) — Obrigado, deputado Renato Câmara. Vamos passar agora a palavra aos oradores que vão utilizar a tribuna. Peço que

respeitem o tempo de dez minutos, para que todos possam se manifestar, depois quem quiser terá dois minutos para fazer a sua pergunta, a sua indagação (o Cerimonial está passando a ficha), e depois concluímos com os encaminhamentos. Passo a palavra ao prefeito Germino Roz, que vai falar em nome dos prefeitos de Mato grosso do Sul.

SENHOR GERMINO ROZ (diretor para Assuntos Municipalistas da Assomasul) — Talvez não use os dez minutos. Gostaria de reforçar a saudação do presidente Thalles. A discussão aqui é prática, precisamos travar um debate claro, objetivo, precisamos que a Energia acolha de alguma forma as nossas sugestões, dê uma resposta aos municípios, entendendo que os municípios nos cobram, e nós precisamos cobrar de alguém. Está aqui o Dian, em cuja pessoa cumprimento todo o pessoal da Energisa. Confesso, deputado Caravina, que de um tempo para cá, a comunicação com a Energia tem melhorado muito; pelo menos isto: a comunicação entre gestores tem ido bem. Vocês têm aberto um canal de conversação bacana. O que buscamos aqui são soluções práticas para a falta de energia, e talvez isso nem careça da intermediação de um prefeito, de um vereador. Eu lhes trouxe um exemplo prático, de uma ação que talvez nem ocorra aos gestores da concessionária, com aquela imensa estrutura, com aquele enorme investimento em tecnologia. Vamos ao meu exemplo. No dia 7 de março, um sábado, nós abrimos um protocolo por falta de energia que estava impedindo a ligação de uma bomba que abastece a rodoviária de Batayporã (protocolo nº 166716688, às 07h37 da manhã); quando foi no dia 10 de março, eu precisei entrar em contato com a gestora da minha região para lhe comunicar que o protocolo ainda não havia sido cumprido; então nós levamos três dias para termos uma solução para um simples fusível caído... São ações assim pequenas, que tardam a chegar, que talvez estejam cansando os gestores públicos, vereadores, secretários, etc. Como bem colocou o deputado Beto Pereira, a população recorre ao 0800; o Gisa, que é um aplicativo direcionado, é muito válido para algumas coisas, deputado Caravina, ajuda, só que não resolve tudo. A tecnologia é importante, sim, ninguém nega isso, mas nós não podemos, prefeito Cileide, deixar para trás as pessoas que ainda não têm acesso a tecnologia. Nos assentamentos, há casais de idosos cujos filhos já não moram lá, e essas pessoas na maioria das vezes não sabem sequer entrar no WhatsApp para mandar uma mensagem, às vezes têm dificuldade até para ligar no 0800. A gente vai lá, encontra às vezes famílias que estão há mais de vinte e quatro horas sem energia, não conseguem se comunicar com ninguém da família, ficam mandando recado, aí quando finalmente um membro da família chega lá, a coisa já está fora de controle, é perda de medicamento, perde-se insulina: essas são demandas frequentes que nos chegam. Nós estamos, Dian, na iminência de ver entornar a água do copo, e por questões de somenos, práticas. Talvez precisemos remodelar um pouco o conceito da Energisa nos municípios. Vejamos o caso da Sanesul, que é uma concessão mista. Em cada município a Sanesul tem um representante responsável e, quando o calo aperta, é a ele que recorremos pedindo solução para o problema — mas a Energisa não tem. Como o faturamento anual da Energisa anda pela casa dos bilhões, Dian, nós podemos propor ao seu presidente que em cada escritório haja uma pessoa, um ponto focal (além do prefeito), ao qual a população tenha acesso para mitigar esses problemas, que são recorrentes, mas que não chegam à

concessionária — a pessoa se perde no labirinto do aplicativo, se frustra por não estar tratando com um ser humano de verdade... E a gente não pode esquecer que estamos diante de uma relação política, a população precisa ter uma relação política com a Energisa, nós gestores temos com ela uma relação institucional, isto é assim e deve ser assim, mas a empresa não pode se esquivar do cunho social do serviço que ela presta para o Estado de Mato Grosso do Sul, ela e as demais operadoras de energia Brasil afora. É preciso contemplar o social, há pessoas que precisam da energia para trabalhar, para sobreviver; e aí uma, duas horas sem energia, para um pequeno agricultor, é demais. Outra coisa é que frequentemente está havendo quedas de energia que não estão sendo computadas, há assentamento que fica aí, como disse, vinte e quatro horas, às vezes mais, sem energia! Se na cidade já é difícil ficar sem luz, imaginem então na zona rural! Então, deputado, o primeiro ponto que eu proponho para a nossa reflexão desdobra-se nas seguintes indagações: que parte desses vultosos lucros das concessionárias está sendo investida? Em quais? Qual é o percentual, em gráfico, correspondente à arrecadação reservada da Energisa para investimentos que está sendo destinada a Batayporã, por exemplo? Que fatia daqueles bilhões está vindo para Batayporã em forma de investimento? Que investimentos são esses? Quantas linhas arcaicas estão programadas para serem modificadas? Isto tem de ser colocado à mesa e discutido junto com os prefeitos também, para que haja um entendimento, para que as linhas de projeto sejam convergentes, fluam no mesmo sentido. Um segundo ponto importante, que aliás já está sendo levantado aqui (já vi um requerimento nas mãos do nosso deputado Caravina), é o da relação do número de prestadores de serviço por município (e quais municípios esse funcionário atende); nós não temos esses números, e no entanto nós temos relatos de unidades de que há unidades atendendo mais de dez municípios, dependendo da região; às vezes eu ligo para algum prestador de serviço e ele já está em outro município, às vezes muito distante do meu, e vai demorar para chegar. E mais uma coisa, quando a luz volta, após uma queda, a gente ainda sofre por pelo menos umas três, quatro horas com a falta d'água: outra dor de cabeça. E a gente não aguenta mais explicar para a população por que que isso ocorre, e daqui a pouco acontece tudo de novo. Em suma, um, precisamos saber que montante está reservado para investimentos; dois, quais investimentos serão ou estão sendo feitos em cada município; três, qual a programação da Energisa para cada linha da concessão; e, quatro, quais são os funcionários que atendem, em todas as regiões, e de quantos municípios essas equipes se ocupam. Teria mais a falar, mais depois, no debate, a gente continua. Mais uma vez, em nome da Assomasul, em nome dos prefeitos, em nome do nosso presidente Thalles, quero deixar aqui a nossa força institucional, como parceiros das entidades civis organizadas, parceiros da Assembleia. Parabéns, deputado Caravina, pela valentia, pela coragem de levantar esse debate tão importante, por dar-nos a oportunidade de vir aqui dentro da casa do povo sul-mato-grossense desabafar, depositar as nossas mazelas, as nossas dores, os nossos calos nas mãos daqueles que os podem curar. Muito obrigado.

DEPUTADO CARAVINA - PSDB (proponente) — Obrigado, prefeito Germino, pelas palavras, pelas boas colocações. Esse requerimento, Germino, que você citou, nós o fizemos em outubro, e juntamos ali três pedidos (reiterado depois, em 4 de fevereiro, com o

acréscimo de mais um pedido), e ali solicitamos exatamente isso, o número total de empresas terceirizadas que prestam serviço de manutenção para a Energisa, discriminado por município. A informação que nos chega, como disse o Germino, é que esses números são insuficientes, daí a demora no atendimento. Nessa reiteração do pedido, em fevereiro, nós perguntamos também sobre a cobertura territorial, qual o critério de distribuição dos municípios e, principalmente, qual o número de equipes que atendem em cada localidade. A resposta não veio ainda, mas a Audiência Pública é para isso mesmo, nós vamos ao final fazer novo encaminhamento, nós precisamos dessas informações, temos de saber qual é a real necessidade de investimento. Com a palavra, o vereador Coringa, representando a União das Câmaras.

VEREADOR JUNIOR CORINGA - MDB (vice-presidente da União das Câmaras de MS - UCV/MS) — Primeiro quero agradecer a Deus pelas oportunidades que Ele nos dá, todos os dias, de fazermos o nosso melhor. E esta aqui é mais uma delas, estamos hoje aqui para fazer o nosso melhor, discutir o nosso bairro, a nossa cidade, as consequências para cada município do estado das atividades da Energisa. A gente torce para que essa empresa ofereça o seu melhor, ofereça serviço de qualidade para a ponta, para a população, para todos nós. Então nós estamos aqui hoje para fazer essa discussão, ninguém aqui tem na Energisa uma inimiga, nós queremos a Energisa como parceira; é por isso que estou aqui hoje, falando em nome das câmaras municipais e também do nosso presidente Daniel. A União das Câmaras vem aqui para se posicionar, é isto que eu vim aqui hoje fazer. Eu parabenizo o deputado Caravina pela realização desta importante Audiência, felicito-o pela sua luta, pela sua batalha, por ser esse homem destemido, que busca resultado, não só para o seu município, para todos. Você, Caravina, está fazendo a diferença hoje no Estado de Mato Grosso do Sul; primeiro, porque você mobilizou todos os prefeitos... aliás, aproveito para agradecer a todos os prefeitos do estado, eu que sou natural de Fátima do Sul, vim para Campo Grande em 1983, vim lá da [vila] Culturama, ali pertinho do Péla Jegue. Mas bem, eu gostaria de enfatizar a nossa posição contrária à colocação dos nomes das pessoas no Serasa, no SPC... e no cartório. É um absurdo! Mais uma vez agradeço ao Giovane, que abriu esse canal de comunicação, não só para os vereadores, do interior e da capital, mas para todo cidadão sul-mato-grossense, nós precisamos nos bater para que isto cesse. Nós torcemos muito pelo sucesso da Energisa, esperamos até que ela se torne uma das melhores operadoras do Brasil, o presidente Paulo nos tem atendido, eu tenho ido lá, numa dessas eu disse: "Paulo, eu quero ter uma relação de amizade com você, mas quero que você me ouça, eu não quero que a Energisa vire as costas para a população sul-mato-grossense; só que também, Paulo, enquanto a Energisa estiver oferecendo um mau serviço, eu vou colocar o dedo na ferida." É assim na democracia, o Giovane tem ido aos gabinetes dos vereadores, tem ido aos gabinetes dos deputados, tem ido aos gabinetes dos prefeitos, num verdadeiro périplo do diálogo... Mas o dedo na ferida nós temos de colocar! A Energisa não pode colocar o nome do cidadão no Serasa, no SPC nem no cartório. Isto está acontecendo hoje em Campo Grande e no interior do estado [aplausos]! Tenho aqui várias mensagens: "Coringa, eu tive de pagar lá no cartório um, no cartório dois e no cartório três para tirar o meu nome, que estava sujo por

eu dever uma conta de energia de quinze reais! Quinze reais! Num cartório eu tive de pagar cem, noutro cento e cinquenta...". É um absurdo! E essa Audiência Pública veio para nós nos posicionarmos, e se a gente não se posicionar, essa empresa vai continuar sendo abusiva. Eu sou contra o monopólio e tenho certeza de que vocês também o são, mas se sairmos da Energisa nós vamos para onde hoje? Vamos ter de pagar um financiamento de cinquenta, cem, mil reais pela energia solar... E, ainda por cima, estão querendo taxar a energia solar! Então, isto é um absurdo. De novo: nós precisamos nos posicionar. Eu fiz um requerimento (a Energisa sabe) ao Ministério Público denunciando a colocação dos nomes das pessoas no SPC e no Serasa. Não concordo com isso. E mais, a prática da Energisa de colocar o nome de devedores em cartório não tem o aval da Agência Nacional de Energia Elétrica (matéria do *Midiamax*): não tem aval! Se não tem aval, por que eles estão colocando?... Aqui na plateia, quem já teve o nome colocado no SPC? e no cartório?... Uma senhora ali: cento e trinta e oito reais... Então, é isso Giovane, eu quero parabenizá-lo por você abrir um canal de conversa lá na Energisa. Esta audiência, Giovane, abre-lhe a oportunidade de chegar aos diretores da Energisa e dizer para eles se posicionarem. Porque, quando é cortada, você já paga para fazer a religação: já é a penalidade! Como está, nós somos penalizados no corte, penalizados no SPC, penalizados no cartório, que história é essa de tanta penalidade?! Onde vão parar esses caras?... Então, para finalizar, eu quero parabenizar a todas as pessoas que vieram hoje aqui e faço questão de me posicionar também contra a Elektro, cujo representante não veio! É um absurdo uma empresa que leva milhões do povo sul-mato-grossense, que abocanha cinco cidades, não estar presente numa Audiência Pública dessa importância, virando as costas para a população. Um absurdo! Nós temos de encaminhar, Caravina, um documento para o MP, essa empresa tem de ser investigada; por que que ela não participa de audiência pública?... Mas na hora de embolsar o recurso do cidadão, ela está lá, pronta. Ora, se nós estamos fazendo esta Audiência, é sinal de que há serviço de má qualidade sendo prestado nessas cinco cidades. A Elektro não veio porque não tem vergonha na cara! Se tivesse vergonha na cara, ela estaria aqui como a Energisa está; a Energisa está aqui, para receber as críticas e também elogios, e eu parabenizo a Energisa por estar aqui hoje. Porque quando eu, vereador, participo de uma audiência pública na câmara, as críticas vêm também; o mesmo acontece aqui; quando o Caravina faz uma audiência pública, ele está aqui também para ouvir as críticas, e ele fica ali, sentado, observando, atento. E por que não está aqui essa empresa? Um absurdo, e fica aqui meu voto de protesto. Que Deus abençoe a todos. E vamos pra luta.

DEPUTADO CARAVINA - PSDB (proponente) — Obrigado, vereador Coringa. Agradeça ao Daniel, nosso presidente da União de Câmaras, importantíssima a sua manifestação, no final vamos formalizar um documento também com as suas indagações e sugestões. Passo a palavra ao senhor Lucas Galvan, diretor-executivo da Famasul.

SENHOR LUCAS GALVAN (diretor-executivo da Famasul) — Boa tarde a todos. Meus cumprimentos a todos. Deputado Caravina, parabéns pela iniciativa! É um tema delicado, que nos aflige a todos, é um problema que, além de prejudicar a qualidade de vida

do cidadão, afugenta investimentos, atrasa o desenvolvimento do nosso estado. Cumprimento também o secretário Tuta, o prefeito Germino, o vereador Coringa. Bem, eu vou direto ao ponto. No interior do estado, quando o cidadão tem problema, ele bate à porta principalmente de três entidades: a Câmara de Vereadores, a Prefeitura e o Sindicato Rural. Porque lá há pequenos, médios e grandes produtores rurais, que obviamente dependem da energia para desenvolver a sua atividade. Embora subscrevendo tudo quanto já dito aqui, eu gostaria de abordar o tema por uma outra ótica. O Estado vem fazendo sua lição de casa, o Governo vem conduzindo políticas públicas assertivas, esta Assembleia tem-se esmerado para proporcionar um ambiente propício para os negócios, os prefeitos municipais têm feito um belo trabalho para atrair investimentos e o produtor rural coroa todo esse esforço com seu espírito empreendedor, fatores esses que, somados, trazem naturalmente o desenvolvimento para Mato Grosso do Sul. Como veem *[aqui o palestrante refere-se ao seu primeiro eslaide]*, em quinze anos *[de 2010 a 2025]*, várias áreas de pastagens e de pecuária converteram-se em áreas de inúmeras outras atividades econômicas no estado, o que vem ocasionando, principalmente no interior, uma demanda por novas atividades econômicas e, conseqüentemente, uma demanda maior por energia. Graças a esses indicadores, Mato Grosso do Sul tem despontado como um dos líderes na produção de vários produtos da agropecuária nacional. Além de fortes na produção, somos hoje um grande *player* na exportação, visto que a agroindústria está vindo ávida atrás desse celeiro de fatura em termos de produção primária, o que tem gerado um deslocamento das demandas de energia. Se, há poucos anos, Campo Grande representava metade da população do estado, hoje muitas pessoas estão indo tentar a sorte no interior, graças aos investimentos e à vocação da agropecuária sul-mato-grossense. Só no caso da soja, por exemplo, nós temos novas indústrias se instalando em Mato Grosso do Sul ou ampliando o seu potencial produtivo, aumentando assim a geração de emprego, daí resultando que mais pessoas se decidam a ir morar no interior. De forma que aumenta a demanda por energia, com o incremento da industrialização, e aumenta também com o aumento dessa população que vem junto com esses investimentos industriais. E, claro, em havendo necessidade de mão de obra de fora do estado, ela só vem se houver qualidade de vida e energia com qualidade no interior do estado. "Etanol de milho em Mato Grosso do Sul *[novo eslaide]*." Por outro lado, há muitos investimentos no setor de processamento de milho e de etanol de milho, o segmento cresceu muito no estado, e ele é gerador de energia. Então este é outro fator que está pesando, a geração está sendo feita no interior, e não só de um ponto de partida, donde decorre a necessidade de melhorar a distribuição, para que essa energia chegue a toda a sociedade. Agora, eu corroboro o que foi dito aqui, realmente a Energisa tem conversado com o sistema produtivo, o Arthur e o Dian já jantaram várias vezes conosco, foram lá na Famasul, foram em assembleia, dialogaram com os presidentes dos sindicatos, a concessionária tem-nos ouvido. Embora as demandas até aqui não tenham sido atendidas, fica claro que pelo menos a Energisa está disposta a ouvir os produtores rurais. Em contraste, fica o meu repúdio à Elektro (que está numa região que é um novo polo de desenvolvimento, a rota da celulose), que está de costas, literalmente, desdenhando as oportunidades de investimento, atitude que vai atrapalhar muito o nosso estado. "Complexo sucroenergético - usinas ativas *[eslaide]*." Aí vemos vários investimentos, novas

indústrias, modernização de indústria, geração de demanda no interior, e a gente precisa ver como vai ficar a distribuição dessa geração. “Indústria de celulose em Mato Grosso do Sul [eslaide].” Por fim vemos outro segmento que está em alta, também potencial gerador de energia, que é o setor da celulose, trazendo o desenvolvimento para regiões que ainda não tinham tido a oportunidade de experimentar esse desenvolvimento, e na esteira dessas grandes empresas vieram vindo outros segmentos empresariais, altamente produtivos, que precisam obviamente de uma energia de qualidade e sem interrupção. “Irrigação [eslaide]”. Se o potencial de irrigação de Mato Grande do Sul está sendo pouco explorado, isto se deve em grande parte à deficiência no fornecimento de energia. Quantos pequenos produtores não poderiam investir na produção de hortaliças para suprir, digamos, Campo Grande! Aqui 70% delas vêm de outros estados, e essa riqueza bem que poderia estar sendo gerada aqui, se tivéssemos o componente irrigação disponível em maior escala para os produtores rurais, pequenos, médios e grandes. Estima-se que o nosso potencial seja de quatro milhões de hectares, por enquanto utilizamos apenas 300 mil. Muitos investimentos no nosso setor da citricultura ainda não se tornaram realidade por falta de energia para o segmento. “Produção das principais proteínas em MS [eslaide]”. Aqui vemos a situação da nossa cadeia de corte, de bovinos, aves e suínos. Com essa migração de novos setores, essas atividades vêm se intensificando em Mato Grosso do Sul; o setor de aves e suínos tem-se mostrado o principal *player* de investimento, com a atração de cooperativas, de indústrias, para processar tudo isso, e demandando fortemente a instalação de novas unidades produtivas nas propriedades rurais — e energia aqui é fundamental. Uma interrupção por horas de energia numa granja com certeza dá prejuízo e pode inclusive causar uma mortandade de animais, e aí é o alimento que deixa de ser produzido, é uma atividade econômica que deixa de ser viável, e tudo por conta de interrupções ou pela falta de qualidade no fornecimento de energia. “Abatedouros de carne bovina em MS [eslaide].” Aqui os senhores veem todos os abatedouros existentes no estado, novos estão sendo abertos, é um setor que vem crescendo também. Não é menor o nosso potencial na suinocultura, vocês podem ver nesse gráfico o avanço que tivemos nos últimos quinze anos, de mais de 241%. Com a avicultura não é diferente, um pouco menos expressiva, é verdade, mas tivemos aí um incremento significativo, de praticamente 30%. “Produção de energia renovável [eslaide].” Esses segmentos todos (biomassa de eucalipto, biomassa de cana-de-açúcar e biogás da suinocultura) são geradores; além de trazer emprego e produzir aqui, eles também cogeram energia no seu processo produtivo — daí a razão de Mato Grosso do Sul ter mais de 94% da sua matriz energética limpa, o que é fundamental para que nosso estado se torne efetivamente carbono neutro e, conseqüentemente, traga mais investimentos para cá. Mato Grosso do Sul não é somente a bola da vez em termos de investimentos privados, estamos também chamando a atenção de *data centers*, que estão entrevendo, com a nossa energia limpa, ótimas oportunidades — mas sem dúvida, uma energia deficiente é ainda um fator que limita bastante essas atividades. “A infraestrutura de distribuição de energia em MS [eslaide].” Aqui comparamos a situação de 2016 com a de 2024 (da Energia e da Elektro), e o que se observa é um crescimento em torno de 8% da quantidade de quilômetros de distribuição da Energisa, e 5% de incremento, no caso da Elektro. São números bastante tímidos, se confrontados com qualquer outro

indicador nosso de desenvolvimento no mesmo período — aumento populacional, aumento da atividade industrial, demanda de novos negócios, etc. O que também indica que precisamos de investimentos mais robustos, à altura do desenvolvimento que o nosso estado vem experimentando. Nessa tabela vemos a distribuição de baixa, média e alta tensão, mas eu queria chamar a atenção para a tabela de baixo. Em 2024, o Plano de Desenvolvimento da Distribuição tinha três grandes itens: expansão, renovação e melhoria. A *expansão* foi cumprida, até superou as expectativas, porém os recursos que foram aprovados para fazer a *renovação* e a *melhoria* não andaram como estava previsto no plano da Energisa. Esta é a principal reclamação dos nossos produtores rurais, a manutenção: são redes antigas, cuja manutenção precisa ser feita embaixo das linhas, numa área de risco, onde o produtor não pode entrar; e muitas vezes ele não é atendido, para poda de árvores e outros serviços necessários no local. “Considerações finais [eslaide].” Os nossos indicadores reputados de excelência talvez estejam descalibrados com a real sensação do consumidor e do produtor rural, eles não estão afinados com o sentimento da sociedade sul-mato-grossense. É que muitas vezes, quando se faz esse tipo de levantamento, negligenciam-se as especificidades locais, como as reais necessidades do produtor, como as longas distâncias entre a geração e a distribuição. Era isso, o sistema Famasul fica à disposição, deputado, para reforçar esse coro, para poder levar mais informação, para ajudar no atendimento das demandas dos produtores rurais. Muito obrigado.

DEPUTADO CARAVINA - PSDB (proponente) — Obrigado, Lucas, e obrigado à Famasul pela participação. Você tocou num ponto importante, que vai ao encontro do que muitos já disseram aqui, que é a questão do investimento em manutenção, talvez esse seja o nosso maior gargalo; de qualquer forma, ao final, a Energisa vai poder falar a respeito. Passo a palavra ao diretor-executivo do Procon, senhor Antônio José Ângelo Motti. É importante a participação do Procon, até para ficarmos cientes das reclamações que estão chegando ao órgão relativas à energia, principalmente quanto à demora na manutenção. Então a sua presença aqui é fundamenta. Agradeço a presença do Dian, a gente sempre está em contato com ele, ele sempre muito prestativo, nem sempre as coisas saem como a gente quer, mas ele sempre atende, na medida do possível, às reivindicações dos prefeitos, a pedidos meus também, quando sou acionado pelos municípios do Estado. Com a palavra, o Ângelo.

SENHOR ANTONIO JOSÉ ANGELO MOTTI (secretário-executivo do Procon/MS) — Boa tarde a todos. Parabéns pela iniciativa, deputado Caravina. Meus cumprimentos aos integrantes da mesa. Bom, nós representamos aqui os 45 Procons de Mato Grosso do Sul e também o Procon estadual. Dentro do Procon estadual, temos um serviço da Energisa presente lá permanentemente, terceirizado, para atender a população. O Procon trabalha com dois canais, além do canal físico, o da presença das pessoas na sede; o órgão recebe também ligações pelo 151 e pelo nosso site, onde temos ali o *fale conosco*. Agora no mês que vem, o Procon completa quarenta anos, quase a idade do estado, é um órgão que já atendeu mais de meio milhão de pessoas, só aqui em Campo Grande. Se somarmos a isso os Procons municipais que vieram sendo criados ao longo

desses anos, com certeza nós já teremos atendido mais de um milhão de consumidores, o equivalente à metade da população do estado. A Energisa tem, como disse, um serviço junto conosco, assim como o tem a Águas Guaruroba, e é assim pelo fato de serem elas objeto constante de reclamações: diariamente centenas de pessoas acionam o órgão para reclamar dessas duas concessionárias. Em nossa reunião de janeiro, nós fomos instados pelos Procons municipais a apresentar uma ação coletiva, devido ao excesso de reclamações com relação à Energisa, de forma que estamos fazendo um levantamento, um inventário, em todos os Procons municipais, para tipificar as reclamações que chegam ao órgão. Eu fiz um PowerPoint para que vocês tenham uma ideia mais clara de como isso se dá lá no Procon estadual (aí não estão os Procons municipais). Em 2025, nós recebemos mais de quinhentas reclamações da Energisa, isso fora as reclamações que são feitas diretamente à própria concessionária, ou seja, isto quer dizer que quinhentas e tantas pessoas insatisfeitas entraram com um processo administrativo contra a companhia, sendo que 10% dessas queixas têm relação com o assunto desta audiência pública (instabilidade na rede e demora na ligação) — infelizmente é uma companhia bastante procurada no Procon, e por diversos motivos. Nós instituímos o Procon Inclusivo, para atender as aldeias e os quilombos, e as aldeias têm reclamado muito da instabilidade na rede e da falta de assistência quando cai a luz, demora muito o restabelecimento (essas localidades ficam nos chamados *fins de linha*). Inclusive o prefeito de Pedro Gomes, deputado, nos convidou para empreender uma ação lá, já que no município não há Procon ainda (o projeto é instalar), e o prefeito nos disse que uma das grandes dificuldades que ele enfrenta é com relação à Energisa, que é uma cidade também fim de linha, a linha só chega até ali, ela não prossegue. Os chamados fins de linha sofrem muito, pois são estruturas já bem antigas, cuja manutenção é problemática, o que torna bastante difícil a modernização desses processos de transmissão. Regulando esse processo de atendimento ao consumidor, nós temos a Resolução Normativa nº 1000/202, da Aneel, que traz muito bem especificado o direito do consumidor quando o assunto é energia. O consumidor tem o seu direito reconhecido na Constituição federal, de forma que não há ambiguidade aí, não é um direito negociável, é um direito positivo que depois foi regulado através do Código de Defesa do Consumidor, que completa em 2026 trinta e seis anos. De lá para cá, sobreveio uma série de normas detalhando e especificando o direito do consumidor e como ele é corrigido quando ameaçado ou violado. Então, gente, o tema dos serviços de energia, da água, das telecomunicações, que são as questões que mais ocupam o Procon, sempre se tratou disso meia-boca, para dizer a verdade, parece até um favor atender corretamente aos direitos do consumidor: este é o sentimento da população. É verdade que tem progredido muito a atitude dessas empresas (tanto de telefonia quanto de energia) relativamente ao cumprimento do direito do consumidor, não é à toa que a própria Energisa coloca dentro do Procon dois atendentes seus que ficam lá diariamente para ouvir a população. No entanto ainda — ainda —, no interior, essa situação está muito precária, isto porque grande parte das cidades não têm um representante da Energisa, na maioria delas há apenas um totem, e as pessoas idosas têm extrema dificuldade de lidar com tecnologia. Outra reclamação recorrente no interior é sobre a medição da energia rural, que não é mensal, ela é feita por estimativa, faz-se uma aferição e depois aquele consumo se repete por dois, três

meses, processo que naturalmente é passível de equívocos, e aí o consumidor fica prejudicado: de forma que isso precisa ser modernizado, precisamos trazer mais tecnologia para esse processo. Embora a Energisa seja uma companhia nova (Mato Grosso do Sul não tem só quarenta e tantos anos), a nossa rede elétrica remonta à antiga Cemat [Centrais Elétricas Mato-Grossenses S.A.]; nós herdamos uma rede elétrica antiga, depois tivemos a nossa própria rede de energia, que mais tarde veio a ser privatizada, e hoje temos a Energisa. Então, muito do nosso processo de distribuição está ultrapassado e isso vem desde a sua origem, de modo que precisamos modernizar e muito isso aí. O maior problema, que essa resolução da Aneel coloca muito bem, está no cumprimento do direito do consumidor de ter todas as informações inerentes ao processo de consumo e de contratação; há uma série de prazos que as concessionárias devem cumprir, um dos quais, muito conhecido, o de dois dias quando você pede a instalação de um padrão — e nem sempre esse prazo é cumprido. Não obstante o esforço da companhia em avançar nesses processos, o fato é que ainda há uma queixa muito recorrente dos usuários de que não vai bem a qualidade dos serviços prestados, sem falar da ausência de representantes nos municípios e da má qualidade da comunicação nesse processo. Para terminar eu queria dizer que hoje nos chegaram várias denúncias de que a agência central da Energisa, ali da [rua] Calógeras, aboliu o atendimento humano, deixando só o atendimento eletrônico, e as pessoas idosas, como eu estava dizendo, têm dificuldade de lidar com o totem; vários perderam a vez de ser atendidos, pois tinham de confirmar a senha e eles não sabiam disso; a nossa fiscalização teve de ir lá três vezes, para vocês terem uma ideia. Então, de novo: esses processos de modernização precisam ser mais bem pensados, eles têm de ser compatíveis com a capacidade de absorção da população, principalmente dos idosos. De maneira que, em que pese a boa relação que temos com a empresa, há esses percalços... O escritório central deles, que atende o público, fez essa mudança repentina, tirou o atendimento humano, e as pessoas idosas estão tendo essa dificuldade. Muito obrigado.

DEPUTADO CARAVINA - PSDB (proponente) — Quero agradecer ao Ângelo Motti, diretor-executivo do Procon, pelos esclarecimentos. Só para complementar, Motti, quando você fala dos prazos para a instalação de padrão, a Resolução 1000/2021 fala também dos prazos de religação. O artigo 362, inciso I, estipula o prazo de quatro horas para religação em caso de suspensão indevida; II - quatro horas para religação de urgência de instalações localizadas em área urbana; III - oito horas para religação de urgência de instalações localizadas em área rural; IV - vinte e quatro horas para religação normal de instalações localizadas em área urbana; e V - quarenta e oito horas para religação normal de instalações localizadas em área rural. Esses são os prazos que constam na resolução da Aneel. Vou passar a palavra ao senhor Paulo Patrício, coordenador da Câmara Técnica de Energia da Agems. Agradeço a presença da agência reguladora do Estado, que é concorrente com a Aneel, e aproveito para registrar o meu protesto, assim como fiz com relação à Elektro: a Aneel também não enviou o seu representante, o que não faz sentido, afinal trata-se da agência reguladora que disciplina a concessão de energia elétrica no país: deveria estar aqui um representante seu para ouvir como está funcionando (ou não funcionando) a sua regulação por aqui. Depois eu vou formalizar esse protesto pela Casa,

vamos encaminhar tanto para a Aneel quanto para a Elektro uma nota de repúdio, pelo seu não comparecimento, pelo descaso de ambas com uma Audiência Pública convocada pela Assembleia Legislativa, órgão máximo de representação do povo sul-mato-grossense. Com a palavra, o Paulo Patrício.

SENHOR PAULO PATRÍCIO (Coordenador da Câmara Técnica de Energia da Agems) — Boa tarde. Adriana e eu representamos aqui a Agems, o presidente Carlos Alberto de Assis e o nosso diretor Mathias Gonzales, da Câmara de Gás e Energia. Estamos aqui para falar do papel da Agems e do seu convênio com a Aneel. Começo falando um pouco do nosso organograma. Na Diretoria de Gás e Energia nós temos duas câmaras, a Câmara Técnica de Energia e a Câmara Técnica de Regulação Econômica, ambas responsáveis pela fiscalização, dentro do convênio que temos com a Aneel. A Agems regula também outros serviços, como os de saneamento, portos, rodovias, afora uma relação muito forte que temos com colegas que fazem a regulação e a fiscalização de outros serviços, o que fortalece a nossa experiência para desempenharmos bem a nossa missão. Apesar de datar de 2011 o nosso atual convênio com a Aneel, nós somos conveniados com a agência de 2002. Esse novo convênio, que é por tempo indeterminado, tem uma especificidade: embora não envolva valores financeiros, todo ano nós celebramos contratos de emendas, e nós ficamos responsáveis por essa fiscalização. O importante é que o monitoramento dos serviços de distribuição e de geração é da própria Aneel, o que ela faz é nos passar a tarefa de fiscalizar, após haver feito a monitoração, e aí então a gente faz a fiscalização, nos termos dos contratos de metas anuais. Assim, nós fiscalizamos a distribuição tanto aqui, quanto na área da Elektro, fiscalizamos a geração e atendemos às demandas institucionais também. Temos um problema na questão de que as agências federais são muito contingenciadas em seus recursos. A imprensa fala bastante sobre esse contingenciamento; ele chega à Aneel e nós também sofremos com isso. Por exemplo, há dois anos ficamos sem os nossos contratos de metas com a ouvidoria. Agora estamos retomando, mas, devido a esse contingenciamento, ficamos sem o contrato de metas com a ouvidoria da Aneel. No período de 2024 a 2026, realizamos diversas fiscalizações, e as principais delas vou citar aqui. A fiscalização técnica em alimentadores de distribuição: percorremos alimentadores, tanto rurais quanto urbanos, realizando as inspeções e estabelecendo algumas condicionantes para a Energisa, com relação ao atendimento dessas demandas. Também houve fiscalização de apuração de indicadores de qualidade. Aqui tivemos uma fiscalização muito específica, que é a questão do expurgo em situação de emergência. Fizemos essa fiscalização na Energisa. O que são esses expurgos? Quando há muitos raios, chuvas e temporais, essas ocorrências não entram nos indicadores regulados que refletem a qualidade de energia percebida pelo consumidor. O excesso de expurgo pode fazer com que o indicador aparente estar muito bom, mas, como houve muito expurgo, a percepção do consumidor é outra, é o total. Então realizamos fiscalizações para verificar se o que estava sendo expurgado era, de fato, o correto. Tivemos também fiscalização comercial voltada à geração distribuída. A microgeração distribuída gerou muitas reclamações, principalmente na época em que deixou de ser subsidiada. Isso resultou em muitas reclamações envolvendo a Energisa, o que levou à realização de uma

fiscalização específica. Houve ainda fiscalização de ligações com obras, tema bastante mencionado aqui, que diz respeito à expansão do nosso sistema. Ocorreram atrasos nas obras, gerando muitas reclamações, e realizamos uma fiscalização bastante específica em relação às obras da Energisa. Além disso, fizemos a fiscalização dos planos de resultado. O Plano de Resultado de 2023 a 2026 foi um pacto da Energisa com a Aneel, e temos acompanhado ao longo desse período. Mas há uma questão que devo destacar: nós da Agems vamos levar as demandas e os anseios desta Audiência Pública à Aneel. Seremos responsáveis por isso, queremos todas as apresentações, queremos as falas, porque aqui vemos que a qualidade também é medida pelo preço. A Aneel trabalha com dois eixos: qualidade e modicidade tarifária. Ocorre que Mato Grosso do Sul tem se expandido, principalmente na área rural. Pelos indicadores que temos, a Energisa está cumprindo — e, no acompanhamento dos planos de resultado, chegaremos à conclusão de que ela cumpriu. Mas a pergunta é: qual é a qualidade que precisamos e quanto podemos pagar por ela? Isso deve ser levado à agência reguladora. Atendemos também às demandas institucionais, tanto as que chegam diretamente à Agems quanto aquelas encaminhadas à Aneel. Quando a Aneel recebe uma demanda, ela nos repassa para realizarmos a fiscalização. O Ministério Público nos procura com frequência, assim como diversas associações, prefeituras e câmaras municipais, e nós os atendemos. A Assembleia Legislativa, às vezes de forma indireta, costuma encaminhar ao Ministério Público, que nos repassa. Em alguns casos, a própria Assembleia recebe demandas de prefeitos e vereadores e realiza encaminhamentos conjuntos. Então, talvez apareçam poucas demandas diretamente da Assembleia aqui, mas elas estão contempladas indiretamente nas demais. E nós temos, especificamente nas demandas, um trabalho muito próximo com a Energisa, verificando se ela realmente está descumprindo, principalmente, o que está regulamentado. Temos ações e, às vezes, concedemos até um prazo para que a Energisa resolva alguns problemas, e temos resolvido bastante coisa com a distribuidora em relação às demandas institucionais. Também temos algumas ações que são de interesse coletivo, de interesse da fiscalização, mas que transcendem outras áreas. Como, por exemplo, o evento poda de árvores. A poda de árvores é de responsabilidade da distribuidora quando a árvore está tocando a rede, mas, antes de ela tocar a rede, precisamos unir esforços para diminuir esse impacto. E, nesse sentido, realizamos diversos eventos. Vocês podem observar: fizemos eventos na região da Elektro, na região do Bolsão, na região de Dourados e nos municípios do entorno. Tivemos um evento em Iguatemi, com os municípios do Cone Sul, e, no ano passado, realizamos um evento em Bonito. Nesses eventos, junto com a Energisa, que é nossa parceira nessas ações, convidamos as prefeituras, porque o Poder Executivo municipal é responsável pelo plano de arborização, e esse plano precisa considerar as árvores que são plantadas sob a rede de energia. Convidamos também as câmaras de vereadores, pois cabe ao vereador a elaboração da legislação. E, por fim, convidamos o Ministério Público, que também tem atuação relacionada a esse tema. Para finalizar, temos o Projeto Limpa Fios, no qual trabalhamos a questão do compartilhamento de redes e postes, que é um problema premente e de interesse de todos. Esse tema extrapola um pouco nossa atuação direta, porque precisamos do apoio das empresas de telecomunicações para solucioná-lo, além da Anatel. Encerrando, deixo aqui os nossos contatos: da Presidência da Agems, da Diretoria



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MS”
REALIZADA EM 25/03/2026**

de Gás e Energia, da nossa Ouvidoria e da nossa coordenação. Estamos abertos para receber as demandas dos senhores. Nós somos o olho da Aneel aqui, e tudo o que está sendo discutido — os anseios apresentados — nós levaremos à Agência Nacional de Energia Elétrica. Muito obrigado.

DEPUTADO CARAVINA – PSDB (proponente) — Obrigado, Paulo Patrício, coordenador da Câmara Técnica de Energia da Agems. É importante que este debate ocorrido aqui, bem como as informações recebidas, sejam levados à Aneel, que acabou não comparecendo à Audiência, mas que será representada por meio da Agems, até porque a regulação, de certa forma, é concorrente. A principal é a Aneel, mas a Agems realiza essa regulação local.

SENHOR PAULO PATRÍCIO (coordenador da Câmara Técnica de Energia da Agems) — A Agems é conveniada com a Aneel. Nós atuamos como representantes dela aqui.

DEPUTADO CARAVINA - PSDB (proponente) — Agora, o penúltimo orador — na verdade, o último antes do gerente comercial da Energisa —, que representa a Associação de Produtores: o senhor Eder Souza Oliveira, presidente da Associação Sul-Mato-Grossense dos Produtores de Leite (Assuleite). O senhor tem dez minutos. Obrigado pela presença.

SENHOR EDER SOUZA OLIVEIRA (presidente da Assuleite/MS) — Boa tarde a todos. Primeiro, cumprimento o deputado pela coragem de trazer este debate. Hoje, atuo como coordenador da Câmara Setorial do Leite do estado, de forma voluntária, há dois anos, e sou presidente da Associação de Produtores de Leite do Estado de Mato Grosso do Sul. Como vinha conversando com a assessoria do deputado e como foi colocado na abertura da Audiência, poderíamos estar aqui hoje discutindo com a Energisa e impactando os presentes, por meio de vídeos e fotos, sobre as perdas de produção dos produtores de leite. Mas, como temos um canal aberto e estamos dialogando agora com o Dian, estamos tentando amenizar essas perdas com relação à cadeia produtiva do leite, porque essa cadeia, hoje, se não for a maior, no estado, é uma das maiores, porque é o ganha-pão, é a renda mensal de cada produtor. E nós, como associação estadual, vimos tentando organizar uma cadeia que era desestruturada na questão organizacional, e temos muitos parceiros nesse processo. O Senai é um parceiro, as prefeituras — como o Germino, em Batayporã, e o prefeito Jean Gomes, de Deodápolis, que investe na cadeia produtiva do leite no município, assim como outros prefeitos. Estamos tentando organizar essa cadeia, e hoje estamos com a associação presente em cinquenta e três municípios, com cinquenta e oito associações, três mil novecentos e cinquenta e três associados, com os mil e oitenta que finalizamos no sul do estado neste final de semana. Assim como muitos diretores e representantes da Energisa foram elogiados aqui, eu sou o mais positivo, e, naquilo que venho conversando com os produtores, eles pediram que fôssemos bem enfáticos, até duros, com a Energisa. Mas, no meu ponto de vista, como repassei aos produtores nos

grupos, é que a Energisa deve — da mesma forma que atende pelo CPF do Dian e dos diretores — nos atender também, porque a demora é muito grande. Por exemplo, em Nova Andradina, tivemos uma demanda em que o Dian até ajudou, mas, até a solução chegar, demorou três dias. Isso resultou em quase dez mil litros de leite perdidos, só na região de Nova Andradina, em apenas um final de semana. Numa conta simples, de guardanapo, em uma cadeia produtiva em que contamos centavos — e viemos de uma crise, de uma situação de preços com nove quedas consecutivas no ano passado —, todos especialistas orientam os produtores a apertarem custos. E, ainda assim, aquele produtor menos tecnificado destina cerca de 15% da renda para a Energisa, enquanto o mais tecnificado chega a 20% ou 25%. Estamos tentando abrir um canal com o Dian para que sejamos atendidos. Já repassamos algumas demandas a ele, inclusive de Iguatemi; o secretário também encaminhou, e fico satisfeito em saber que ele já irá até lá neste final de semana. A única coisa que os produtores pedem — e, para não me alongar — é que o nosso prejuízo seja fácil de demonstrar e de comprovar, em uma cadeia produtiva em que contamos centavos, onde esse prejuízo chega facilmente a quase dois milhões de reais por ano. E isso é plenamente comprovável. Estamos falando da falta de energia e das oscilações, apenas considerando o produto leite. Porque, se formos considerar todo o impacto: um produtor que utiliza ordenha mecânica, a partir do momento em que falta energia e ele precisa passar para o processo manual, a vaca já começa a reter leite; surgem problemas de sanidade. Hoje, um animal de boa genética pode chegar à faixa de nove mil reais. Ou seja, não estamos colocando tudo na conta — estamos considerando apenas o dia a dia, o ganha-pão, que é o leite. E há outra questão que queremos discutir com a Energisa: qual é o protocolo de atendimento das terceirizadas? Porque, às vezes, em cidades pequenas, assentamentos ou distritos, somos vizinhos do funcionário da empresa terceirizada. Você liga na Energisa, recebe um protocolo e leva esse protocolo até a terceirizada; mesmo assim, o funcionário não pode sair para atender: ele precisa aguardar a Energisa entrar em contato com ele. Ou seja, não adianta levar o protocolo para a terceirizada — para o meu amigo que trabalha nela —, porque, ainda assim, ele precisa esperar a Energisa acioná-lo. E, para uma produção perecível como o leite, quanto mais rápido o atendimento, menor é o prejuízo. E é uma cadeia em que, na relação de custos, contamos centavos. Então, quando ocorre um prejuízo como o de Nova Andradina, de um único produtor — que, na realidade, era responsável pela produção da associação local —, de dez mil litros em uma semana, isso tem um impacto enorme. A vantagem de ser o último orador é que todas as demandas já foram apresentadas; uma delas é a questão da leitura na área rural, que prejudica muito pela forma como é realizada, especialmente no que diz respeito à modernização. Outra questão é que muitos distritos — vou citar o Itamarati — não tinham nenhuma unidade da Energisa. Hoje há um totem instalado, mas existe a dificuldade das pessoas mais idosas em acessar e compreender aquele equipamento. E o Itamarati, atualmente, é um distrito com mais consumidores do que muitos municípios, e ainda assim enfrentamos essa dificuldade de não ter uma unidade física da Energisa no local. O mesmo ocorre com o Teijin, que é um assentamento com muitos produtores. Então, há essa demanda por uma unidade, por uma pessoa, por atendimento direto, e o que buscamos junto à Energisa é justamente a questão do atendimento humanizado. Ao abrir esse canal que estamos

discutindo com o Dian, especialmente para o produtor de leite, queremos um canal humanizado, um canal em que haja resposta. Porque, quando você é acionado por um presidente de associação local, você precisa dar uma resposta a ele, e ele precisa dar resposta aos produtores. E estamos falando de um produto perecível, no qual contamos centavos, enquanto todos os especialistas recomendam reduzir custos. Ainda assim, só a energia — em um produtor que não está em situação extrema — consome cerca de 15% do orçamento. O que esperamos agora, com essa abertura de diálogo com o Dian, é um atendimento mais rápido e mais humanizado. Como o prefeito colocou aqui: se um gestor às vezes demora três dias para ser atendido, imagine um produtor. Mas acreditamos que, com esse novo canal — como foi colocado —, especialmente voltado ao produtor de leite, possamos avançar. Era isso, senhor presidente. Obrigado.

DEPUTADO CARAVINA - PSDB (proponente) — Obrigado, Eder, pela sua manifestação, por apresentar aqui as dores do setor produtivo do leite. Foi uma fala importante. Agora chegamos ao momento de ouvir o gerente comercial da Energisa, Arthur Granda, que irá tratar do posicionamento da empresa. O Eder colocou muito bem a questão do atendimento individual. Então, queremos deixar claro que a Energisa mantém bons quadros, que costumam atender e não se esquivam da responsabilidade. Mas eu entendo — e acompanho de perto essa situação — que a questão do atendimento da Energisa é estrutural. Não se trata de boa vontade individual de atendimento ou de seus representantes; é uma questão estrutural. E, nesse sentido, vou deixar algumas perguntas, Arthur, para que você possa abordar. Primeiro, quanto ao programa trifásico — inclusive, a Semadesc não está presente, e seria importante que estivesse, porque é um programa que envolve a Semadesc e a Energisa — eu analisei as etapas apresentadas: são três fases, em três anos diferentes. E percebi que não será todo o Estado de Mato Grosso do Sul que será contemplado. Lucas, você também, que é do setor produtivo, sabe que precisamos verificar se conseguimos ampliar isso. É claro que há questões de custo, de investimento — tanto da Energisa quanto do Governo Federal —, mas temos assentamentos rurais e comunidades em todo o estado. Observei que algumas localidades serão beneficiadas com a substituição do sistema monofásico pelo trifásico, mas muitas ficaram de fora. Outra questão, Arthur, que constava no requerimento: se você puder falar sobre a quantidade de equipes por município e por região, seria muito importante sabermos como está esse contingente, a rede de prestadoras de serviços, que são as terceirizadas mencionadas aqui. Com relação aos prazos, como já foi citado, existem os prazos definidos pela Aneel, por meio de resolução. No entanto, para que esses prazos sejam efetivamente cumpridos, é necessário que haja equipes suficientes para a prestação desses serviços. Outro assunto que chega com frequência — e, se puder comentar — diz respeito aos critérios de custo para levantamento de extensão de rede. Muitos prefeitos costumam reclamar quando recebem esses custos para novas ligações. Primeiro, porque a execução fica condicionada à Energisa: até é possível contratar ou licitar uma empresa para realizar parte da extensão, mas a ligação final é de responsabilidade da própria Energisa. E, quando esse custo chega, ele costuma ser muito elevado. Então, eu gostaria de entender de que forma é calculado esse custo desse serviço de extensão de rede. O restante já foi mencionado aqui,

especialmente com relação ao atendimento presencial. A nova política da empresa prioriza o atendimento pelo 0800, e a presença de escritórios nos municípios tem se resumido, em grande parte, ao recebimento de contas, com pouca atividade presencial efetiva. As atendentes que estão nesses locais, quando existem, não têm condições de resolver pendências, o que acaba sendo direcionado ao 0800, dificultando bastante. Então, esses são alguns pontos que constam no requerimento. Se você puder abordar essas questões, será de grande ajuda. Com a palavra — e já agradecendo sua presença —, Arthur Granda, gerente comercial da Energisa.

SENHOR ARTHUR GRANDA (gerente comercial da Energisa/MS) — Boa tarde. Cumprimento o deputado Caravina, proponente desta Audiência Pública, e todos os consumidores da Energisa aqui presentes. Reforço, deputado, que a Energisa, desde 2014, quando assumiu a concessão em Mato Grosso do Sul, sempre teve como princípio o diálogo. Permanecemos abertos, e não seria diferente hoje, nesta Casa do Povo, para tratarmos do fornecimento de energia elétrica no estado. Iniciando pela apresentação institucional: a Energisa Mato Grosso do Sul faz parte de um grupo econômico com mais de cento e vinte e um anos de história. Essa trajetória começa na Zona da Mata, em Minas Gerais, em 1905. O grupo atua nos segmentos de geração, distribuição e transmissão de energia, além de contar com fintechs financeiras que dão suporte a esse ecossistema. Em 2022, houve o lançamento da marca Reenergisa voltada à geração renovável e à comercialização de energia no Mercado Livre. Já em 2023 e 2024, destaca-se a entrada no segmento de distribuição de gás natural no Estado do Espírito Santo e na região Nordeste. O grupo também conta com plantas de geração de biometano, reforçando sua atuação como protagonista na transformação energética do país. Em termos de abrangência, o Grupo Energisa está presente em mais de 97% do território nacional, atendendo oitocentos e sessenta e três municípios, com cerca de vinte milhões de pessoas e mais de vinte e quatro mil colaboradores diretos e indiretos. Especificamente sobre Mato Grosso do Sul, trago um panorama dos investimentos realizados. Observa-se uma evolução significativa, especialmente nos últimos cinco anos, período em que foram investidos quase sete bilhões de reais. Nesse mesmo intervalo, o estado — que é bastante dinâmico — mais do que dobrou seu PIB, enquanto a Energisa mais do que triplicou seus investimentos. Portanto, mais do que parceira, a Energisa se coloca como protagonista no desenvolvimento de Mato Grosso do Sul. Do ponto de vista elétrico, esses investimentos resultaram em um aumento de cerca de 50% na capacidade energética do estado. Também houve ampliação superior a 20% na extensão das linhas de transmissão — os chamados “linhões” —, além da construção de vinte e uma novas subestações, parte delas em áreas rurais, justamente para que possamos entregar qualidade no fornecimento e confiabilidade nessas regiões. Trago também o destaque para um equipamento de última geração instalado em nossas redes, que são os religadores. Esses equipamentos têm a finalidade de realizar a recomposição automática do sistema. Ou seja, em caso de interrupção, hoje contamos com quase dois mil equipamentos capazes de recompor o sistema sem a necessidade de intervenção humana. Quando analisamos o que todo esse investimento proporcionou em termos de crescimento de clientes, tivemos um aumento de quase 30%. Saímos de cerca de novecentos mil

clientes para aproximadamente um milhão e duzentos mil. Também acompanhamos um crescimento da carga máxima energética do estado próximo de 40%. E todo esse investimento, bem como a expansão no atendimento, ocorreu tanto para grandes indústrias quanto para mais de cinquenta mil famílias em áreas rurais — pequenos produtores, assentamentos e aldeias indígenas. Esse investimento foi realizado com recursos próprios e também com apoio de programas como o LPT. Destaco ainda um projeto do qual temos muito orgulho, pioneiro no país: o Projeto Ilumina Pantanal, por meio do qual conseguimos atender populações ribeirinhas e comunidades em regiões remotas do estado, de forma sustentável, preservando o bioma Pantanal. Falando sobre presente e futuro — o que se conecta diretamente com a pauta de hoje —, deputado, a Energisa anunciou recentemente um investimento de quase um bilhão de reais apenas para o ano de 2026. Metade desse recurso será destinada à ampliação da rede elétrica no estado, possibilitando novas conexões e acompanhando o crescimento de Mato Grosso do Sul. A outra metade será direcionada à modernização da rede, tema inclusive mencionado pelo deputado Renato Câmara. Grande parte desse investimento está concentrada na região sul do estado, cerca de 50%. E por quê? Porque essa região é conhecida como “polígono dos tornados”. Essa característica está associada ao encontro de massas de ar quente e úmido vindas da Amazônia com massas de ar frio e seco do sul do país, o que favorece a ocorrência de eventos climáticos severos. Por isso, no setor elétrico, fala-se muito em resiliência da rede — ou seja, tornar a rede mais robusta para suportar essas mudanças climáticas. Esse direcionamento de investimentos na região sul envolve mais equipamentos de recomposição automática e maior capacidade de enfrentamento de eventos extremos. Hoje já trabalhamos com monitoramento de ventos que chegam a 130 a 140 KM/h, e seguimos estruturando a rede para suportar essas condições. Estão previstas oito novas subestações, destacadas no mapa: Mundo Novo, Naviraí, Amambai, Caarapó, Dourados e Maracaju, além de Miranda e Cassilândia, todas contribuindo para o aumento da resiliência da rede no estado. Falando agora sobre soluções inovadoras: o grupo Energisa tem a inovação em seu DNA. Trouxemos alguns exemplos que dialogam diretamente com a pauta desta Audiência Pública. Um deles é o Projeto Vera, que utiliza imagens de satélite para o mapeamento da vegetação. Como foi mencionado na apresentação da Agems, a vegetação tem grande impacto nas interrupções de fornecimento — mais de 80% das interrupções no estado estão associadas à interferência da vegetação na rede. Esse projeto permite prever o crescimento da vegetação e o risco de interferência, possibilitando ações preventivas. Também utilizamos “sisdrones”, drones que realizam a inspeção das redes e identificam anomalias, permitindo que as manutenções sejam feitas de forma antecipada. E esse é um equipamento que, inclusive, utilizamos recentemente em uma ação coordenada no município de Nova Alvorada do Sul. Outro equipamento cuja utilização estamos ampliando aqui em Mato Grosso do Sul é o Rocket-1. Trata-se de um equipamento desenvolvido pela Energisa, por meio de projeto de P&D, pensado justamente para as características do estado, que possui um volume elevado de redes monofásicas. Esse equipamento realiza a recomposição automática do sistema. O deputado Beto mencionou a chave fusível, conhecida popularmente como “banana”. O Rocket-1 substitui essa chave fusível e permite a recomposição automática quando o evento é transitório, ou seja, quando não se trata de

uma falha permanente. Dessa forma, ele atua de maneira automatizada, sem necessidade de deslocamento de equipes. Adicionalmente, deputado, a Energisa Mato Grosso do Sul possui hoje um dos sistemas mais modernos do mundo em centros de operação. Utilizamos o Sistema ADMS, reconhecido mundialmente. Somos a segunda distribuidora do país a operar com esse sistema, que possibilita recomposições automáticas, redução do tempo de restabelecimento e apoio à tomada de decisão dos operadores em tempo real. Trata-se de um conjunto de inovações tecnológicas que reforça o compromisso da empresa em trazer melhorias contínuas na qualidade do fornecimento. Falando um pouco sobre qualidade e satisfação: tanto a apresentação da Agems quanto a da Famasul já abordaram os indicadores. Ao longo dessa trajetória, conseguimos reduzir em torno de 30% a duração das interrupções e em cerca de 40% a frequência dessas ocorrências — ou seja, menos interrupções e por menos tempo. Além disso, estamos não apenas atendendo aos limites regulatórios da Aneel, como operando abaixo desses limites, e seguimos atuando continuamente para melhorar a eficiência operacional das equipes. Neste eslaide, apresento uma série de indicadores utilizados para medir, no dia a dia, a satisfação dos nossos clientes. São indicadores aferidos a cada serviço realizado, com pesquisa direta junto aos consumidores. Nesse comparativo com 2024, todos os indicadores apresentaram evolução. Destaco o NPS, que mede a favorabilidade do cliente; o FCR, que avalia nossa capacidade de resolver a demanda no primeiro atendimento — atualmente, estamos próximos de 90%. Além disso, observamos redução significativa nos indicadores de reclamação: queda superior a 20% no volume de reclamações, aumento de quase 50% na nota no consumidor.gov, redução de cerca de 25% nos contatos com a Aneel e também diminuição no número de reclamações registradas junto ao regulador. E, além desses dados internos, temos também um indicador da própria Aneel, nosso regulador federal, que realiza pesquisas diretamente com clientes de todas as distribuidoras do país. Nesse índice — destacado na barra verde —, pelo segundo ano consecutivo, fomos reconhecidos como a melhor distribuidora da região Centro-Oeste. Esse prêmio reflete a percepção do consumidor sul-mato-grossense sobre a Energisa. Inclusive, hoje, o nosso presidente, Paulo, não pôde estar presente porque está em Brasília, participando desse evento junto à Aneel, onde fomos premiados pela satisfação dos clientes. Por fim, entrando em duas pautas que dialogam diretamente com esta Audiência, deputado, falamos bastante sobre o MS Trifásico. Trata-se de um programa do Governo do Estado, em parceria com a Energisa, com mais de cento e setenta milhões de reais em investimentos. Vamos atender mais de onze mil famílias, em setenta e quatro assentamentos, levando desenvolvimento para a área rural. A proposta é ampliar e acelerar ainda mais o trifaseamento — que já ocorre no estado —, melhorando a qualidade de vida dos clientes, fomentando a agricultura familiar e proporcionando, na ponta, um sistema mais robusto e resiliente, capaz de suportar cargas como motores e câmaras frias, fundamentais para a cadeia produtiva. Respondendo à sua colocação, deputado: o MS Trifásico foi estruturado com base em critérios técnicos e diretrizes do Governo do Estado. No entanto, com o diálogo sempre aberto, podemos internalizar as demandas e discutir eventuais revisões ou ajustes no programa, buscando a maior abrangência possível. Destaco também o nosso plano de contingência, que orienta a atuação em eventos climáticos severos. Esse plano é reconhecido pelo regulador, a Aneel,

como referência para o setor elétrico. Ele começou a ser desenvolvido em 2011, após a catástrofe de Nova Friburgo, e, desde então, vem sendo aprimorado por meio de projetos de P&D, em parceria com o Inpe. Hoje contamos com duas plataformas que fornecem monitoramento em tempo real: radares com dados de precipitação e previsão, sensores de descargas atmosféricas, boletins diários e mapas com previsão de chuvas, rajadas de vento e temperaturas. Com essas ferramentas, conseguimos nos antecipar aos eventos, identificando onde ocorrerão e com que intensidade, o que permite direcionar previamente nossas equipes e ampliar a capacidade de atendimento nas áreas potencialmente afetadas. Por fim, destaco a responsabilidade da Energisa com os projetos sociais em Mato Grosso do Sul. Temos o Espaço Energisa, localizado na avenida Afonso Pena, onde recebemos alunos de escolas municipais e estaduais para atividades educativas sobre ciência, física e energia elétrica, de forma lúdica. Contamos também com o Projeto Seu Bairro, Nossa Energia, que atende beneficiários da tarifa social com a substituição de geladeiras e lâmpadas por modelos mais eficientes, como LED, contribuindo para a redução da conta de energia. Já mencionei o Projeto Ilumina Pantanal e, no ano passado, realizamos a primeira corrida da Energisa no estado, com caráter social, cuja arrecadação foi destinada à compra de tênis para uma instituição esportiva. É isso. Agradeço novamente a oportunidade de a Energisa estar aqui participando deste diálogo e me coloco à disposição para eventuais dúvidas.

DEPUTADO CARAVINA - PSDB (proponente) — Obrigado, Arthur, pela sua explanação. Vamos abrir agora para algumas perguntas, primeiro aqui no Plenário Especial e depois no Plenário geral. Mas, antes de passar a palavra ao primeiro inscrito, quero retomar um ponto que não foi respondido. Você apresentou os investimentos e falou sobre tecnologia — e sabemos da importância disso —, mas vou insistir na questão da capacidade de atendimento manual, das equipes de resposta. Por quê? Porque, embora seja natural que a empresa invista em prevenção e automação — o que também reduz custos e é positivo para todos —, a realidade atual ainda apresenta dificuldades no tempo de resposta. E o tempo de resposta da Energisa não condiz com os prazos estabelecidos pela Aneel. Inclusive, vou propor um mecanismo nesse sentido, já que o direito do consumidor é uma competência concorrente entre Estado e União. A concessionária tem uma relação comercial bastante rigorosa com o consumidor — como foi dito aqui —, aplicando penalidades, protestos e cobranças por atraso de forma unilateral, não tem o que contestar: não pagou, além do corte de energia, você é protestado. Se a Energisa não cumprir os prazos da resolução da Aneel — de quatro horas, como citei aqui, nos casos de religação —, devemos criar um mecanismo para que haja desconto na conta de energia ao consumidor referente ao período que ultrapassou o prazo que deveria ter sido cumprido pela Energisa. Isso seria uma forma justa: um percentual descontado daquele consumidor que teve o período de interrupção superior ao que deveria ter sido respeitado conforme a resolução da Aneel. Vamos estudar isso, porque entendo que também é uma forma de pressão positiva para que esses prazos sejam cumpridos. Acho que essa é a meta. Se temos uma resolução que estabelece prazos — tanto para novas instalações quanto para manutenção —, esses prazos precisam ser cumpridos. E, para isso, é necessário ter efetivo

suficiente. Por isso estou insistindo no requerimento e volto a insistir na quantidade de prestadores de serviço por região. Numa conta simples: se você tem uma região com dez municípios e apenas um ou dois prestadores para atender todos eles, considerando eventos climáticos, acidentes e outras ocorrências que causam interrupção de energia, não haverá condições de cumprir os prazos da resolução. Por isso insisto nesse ponto. Os demais temas foram bem abordados na sua explanação. A questão do trifásico, por exemplo, também levarei à Semadesc, pois há municípios com assentamentos rurais — como o Teijin, na região de Nova Andradina — que não estão contemplados, mesmo enfrentando uma situação crítica com rede monofásica. Mas esse é um tema que podemos discutir posteriormente. Você falou sobre investimentos, tecnologia, e isso é importante, no entanto, continuo insistindo na questão dos prazos de manutenção. Gostaria de solicitar, como encaminhamento prático desta Audiência Pública, que a Energisa informe o efetivo por região: quantas equipes atendem determinados municípios — A, B, C, D, E, F — para que possamos avaliar se isso é suficiente. E, mais do que isso, qual é o plano, ao menos de médio prazo, para contratação de novas empresas e ampliação desse efetivo, de modo a garantir respostas mais rápidas. Esse é o principal ponto de preocupação: a rapidez no atendimento. Não se trata de exigir além do previsto, mas de cumprir os prazos estabelecidos pela Aneel. Ao analisar a resolução, vi que os prazos — quatro horas, oito horas, vinte e quatro horas — são plenamente possíveis de serem cumpridos. No entanto, posso afirmar que hoje não estão sendo cumpridos, pois recebo inúmeras ligações de todo o estado relatando interrupções que duram um, dois ou até três dias. Esse é o encaminhamento que eu gostaria de propor: que essa resposta conste no documento que será encaminhado à empresa, para que tenhamos maior clareza. Os dois requerimentos que encaminhei, aprovados por esta Casa, não trouxeram essa informação. Recebemos dados sobre investimentos e crescimento — e não há dúvida de que a Energisa é uma grande empresa, com boa estrutura —, mas ainda enfrentamos gargalos que podem ser corrigidos com investimentos, muitas vezes menores do que aqueles previstos para grandes projetos tecnológicos. Então, deixo esse registro e passo a palavra ao senhor Sérgio Barbosa, prefeito de Amambai. Obrigado, Sérgio, pela presença. Ele falará sobre a situação em Amambai e na região.

SENHOR SÉRGIO DIOZÉBIO BARBOSA (prefeito de Amambai) — Boa tarde a todos e a todas. Gostaria de começar agradecendo o convite do nosso deputado Caravina e parabenizá-lo por essa iniciativa. Cumprimento também os colegas, o Tuta, os demais prefeitos e vereadores aqui presentes. Um cumprimento especial à Energisa, que é a nossa principal fornecedora; esse diálogo é fundamental e muito positivo. Dizem que a gente primeiro bate para depois assoprar, mas hoje eu vou fazer o inverso: vou primeiro assoprar para depois bater, usando a linguagem popular. Quero reconhecer a qualidade de alguns dos seus indicadores, especialmente o tempo de resposta em situações de contingência. Recentemente, tivemos um evento climático em Amambai que foi um verdadeiro desastre, deixando mais de dez mil casas sem energia, e tivemos um tempo de resposta muito bom. Isso significa que, naquele momento de estado de emergência, os contatos funcionaram bem, havia prestação de contas diária dos serviços, das equipes. Então, é preciso

reconhecer o esforço naquele momento de contingência. Uma das situações que trago aqui para ser explicada pela Energisa é que nós já tivemos algumas reuniões com a empresa e já tratamos disso. Inclusive, vindo para cá, conversávamos na estrada com a vereadora Lígia e com a Amália, nossa engenheira elétrica, e observávamos as redes: muitos postes já estão inclinados, quase a 45°. O vento vai forçando, entortando, e basta mais um evento para que eles venham a cair. Quando uma rede dessa se rompe, deixa toda uma região rural sem energia. E isso é visível no dia a dia. Passamos com frequência e vemos esses postes, especialmente após ventanias, bastante inclinados. Ainda temos, no sul do estado — como foi dito aqui pela própria Energisa e também pelo deputado Beto — uma herança de infraestrutura antiga, da época da Enersul. Há muitos postes de madeira. E não é necessariamente o fato de serem de madeira, mas sim a falta de substituição e manutenção adequada. As estruturas que sustentam os cabos, em alguns casos, ainda utilizam arames, e isso compromete a rede. Essas redes rurais apresentam problemas quase diariamente, principalmente em dias de vento. E a região sul é bastante afetada. Com isso, ficamos sem energia por dois, três, quatro, até cinco dias. Outra questão importante: nossa principal reclamação — e aqui não estamos falando de pessoas, de CPF de atendentes —, como bem colocou o representante do setor leiteiro, estamos falando do CNPJ da empresa. Porque, de fato, somos atendidos, somos recebidos, mas não estamos enxergando a solução, deputado Caravina. Acho que este é um momento importante para compreendermos isso. Temos problemas de oscilação de energia. A energia não chega com a capacidade necessária para operar os equipamentos existentes. Há empresas que precisam trabalhar com geradores, tomar medidas alternativas, porque a energia não é suficiente nem para manter um ar-condicionado ou uma câmara fria em funcionamento. Se isso ocorre nas empresas, imagine na área rural. Esse é um grande desafio. E, quando falamos de falta de energia no campo e nas aldeias, estamos falando também de falta de água. Quase toda semana enfrentamos problemas de abastecimento, especialmente nas comunidades indígenas. É comum termos que suspender aulas, porque não há energia e, consequentemente, os poços não funcionam — não há água. Isso reforça a necessidade de melhoria das redes. Quando menciono a importância de acompanhar esses programas e investimentos, é justamente para saber se há previsão e priorização das áreas mais populosas e mais sensíveis, como comunidades indígenas, assentamentos e áreas rurais. Outro ponto que gera muita insatisfação — tanto para nós, enquanto gestores públicos, quanto para o setor privado — é o prazo de atendimento. Quando abrimos um protocolo com urgência, a resposta que recebemos é que o prazo é de até um ano. Um ano são trezentos e sessenta e cinco dias. Imagine um investidor ou a própria prefeitura, com um projeto — por exemplo, uma escola — tendo que aguardar um ano para ser atendido. E estamos falando, muitas vezes, de investimentos pagos pela própria prefeitura ou pelo setor privado, não de obras custeadas pela Energisa. Ainda assim, não temos previsão. Inclusive, trouxemos hoje diversos protocolos e não sabemos quando serão atendidos. As pessoas ligam perguntando: “É hoje?” “É amanhã?” E a resposta é sempre a mesma: o prazo é de até um ano. Isso é muito tempo. Eu acho que esse protocolo está errado. É impossível a Energisa não tenha previsão de quando tal serviço ficará pronto. A questão das podas já foi mencionada; acredito que seja um grande problema a ser enfrentado, inclusive pelas

prefeituras. Entendo que os planos de arborização, em muitos casos, foram equivocados, e isso se repete: a cada ventania, árvores derrubam postes e redes, gerando prejuízos significativos. Acredito também que há uma distorção nos indicadores, porque a população, muitas vezes, não registra as ocorrências. Então, precisamos trabalhar isso, pois a maioria dos problemas não chega a ser formalizada.

DEPUTADO CARAVINA - PSDB (proponente) — Obrigado, Sérgio, pela manifestação. Arthur, algum comentário com relação às questões apresentadas? Creio que se relacionam, principalmente, aos investimentos.

SENHOR ARTHUR GRANDA (gerente comercial da Energisa/MS) — Bom, deputado, respondendo ao seu pedido — e, se me permitir, fazendo uma complementação —, além da resposta formal ao ofício, gostaríamos de propor uma agenda técnica. Assim, poderemos detalhar melhor o modelo de operação, para que essas informações sejam compreendidas e utilizadas da melhor forma. Hoje, no setor elétrico, embora nossas equipes tenham bases físicas, a alocação é dinâmica. Ou seja, podemos direcioná-las para qualquer município do estado conforme a necessidade. Temos equipes com diferentes formações — com dois, cinco ou até sete eletricitistas — e fazemos esse direcionamento, inclusive, de forma antecipada, quando há previsão de eventos climáticos. Então, pode ocorrer de um município ter, aparentemente, duas equipes disponíveis, o que pode gerar a percepção de insuficiência em situações mais graves. Porém, na prática, trabalhamos com esse dinamismo, e nossas equipes atuam em setenta e quatro municípios do estado. Por isso, acredito que uma agenda técnica será importante para detalhar esse funcionamento, pois, muitas vezes, traduzir isso apenas em números pode ser complexo. Com relação aos prazos, como somos uma empresa regulada pela Aneel, precisamos seguir os prazos estabelecidos em resolução. No entanto, temos buscado evoluir, olhando menos apenas para a norma e mais para o cliente. Hoje, realizamos contato direto com os clientes para entender suas necessidades reais. Em casos de novas ligações ou demandas industriais, por exemplo, mesmo que o prazo formal seja de até um ano, buscamos compreender a expectativa do cliente — seis meses, nove meses — e, dentro disso, reorganizamos nossos prazos internos para atender de forma mais adequada. É um processo contínuo de melhoria, que depende muito da proximidade com os clientes.

DEPUTADO CARAVINA - PSDB (proponente) — Eu mencionei a questão da religação, e vou dar um exemplo. Eu fui prefeito de Bataguassu, e a base da prestadora de serviço lá era a Delta — não sei se ainda é —, que ficava em Nova Andradina, a cerca de cento e cinquenta quilômetros de distância. Se considerarmos uma situação de urgência, com prazo de quatro horas, esse deslocamento já compromete o atendimento, ainda mais se houver ocorrências simultâneas em cidades diferentes, como Ivinhema e Bataguassu. Por isso insisto na questão da quantidade de equipes. Se há apenas uma prestadora ou uma equipe disponível, em caso de dois eventos simultâneos, especialmente em situações climáticas, não há como atender dentro do prazo de quatro horas. É uma questão prática. Estou insistindo nisso porque é importante entendermos qual é a capacidade real de

resposta por região. Conhecemos os municípios e sabemos que eventos simultâneos são comuns, especialmente em períodos de chuva. E digo isso com base em informações que levantamos previamente, inclusive com as próprias prestadoras de serviço, que relatam que, muitas vezes, são as únicas equipes disponíveis. Então, é um ponto que precisamos ver. Não há outra alternativa. Por isso estou trazendo essa questão, para que possamos discutir posteriormente. Vou dar sequência para agilizar. Tenho aqui o cadastro da prefeita Cileide, mas acredito que ela já se ausentou. O próximo inscrito é o Erlon, prefeito de Sete Quedas. Está presente? Com a palavra, o prefeito Erlon, do município de Sete Quedas. Obrigado pela presença, prefeito. O senhor tem dois minutos para sua pergunta.

SENHOR ERLON FERNANDO POSSA DANELUZ (prefeito do município de Sete Quedas) — Boa tarde a todos. Em primeiro lugar, agradeço ao deputado Caravina pela iniciativa e à Energisa por aceitar o convite para discutir essas questões técnicas; além do nosso amigo Tuta, da Casa Civil, representando o Governo. Essa conversa já vem acontecendo há algum tempo e, às vezes, acabamos sendo redundantes ao falar dos problemas. Vou tentar ser o mais breve possível. A grande dificuldade que enfrentamos é a interlocução entre as equipes locais do município e a empresa. Tenho mais de quarenta anos vivendo em Sete Quedas e percebo que, de uns tempos para cá, a frequência de oscilações e quedas de energia aumentou bastante em relação aos outros anos. Embora a Energisa anuncie pacotes de melhorias — o que é importante —, a sensação é de que estamos sofrendo mais com falta de energia, quedas e oscilações. Um problema sério ocorre quando a energia retorna. Falando de forma leiga, ela volta acima da capacidade suportada pelos equipamentos. Uma rede de 127 volts, por exemplo, retorna com picos de 150, 160 volts, causando queima de eletrodomésticos e diversos transtornos. Além disso, há a frequência dessas interrupções. Recebemos cobranças constantes da população: “Prefeito, a energia caiu de novo, foram dez quedas em um único dia”. Empresas e residências enfrentam oscilações contínuas, e as equipes locais, quando acionadas, nos atendem bem. Em municípios pequenos como o nosso, com cerca de onze mil habitantes, temos acesso direto por telefone ou WhatsApp. Porém, sem a ordem de serviço, o funcionário não pode agir. Ele consulta o sistema — e hoje ouvimos muito essa palavra — e, se não houver registro formal, ele não pode deslocar a equipe. Muitas pessoas têm dificuldade em registrar reclamações. E, às vezes, pedimos: “por favor, vá até a casa do cidadão, ele já está há oito, dez horas sem energia”. Nossos vereadores — que estão aqui presentes, sete dos nove — são a linha de frente e recebem essas cobranças diretamente. Mas o funcionário responde: “Não posso ir, não tenho ordem de serviço, não posso deslocar a viatura, não posso utilizar material”. Então, entendemos que a modernização e a tecnologia são importantes, mas, em serviços essenciais — especialmente em cidades menores —, isso precisa ser adaptado à realidade da população. Temos muitas pessoas com mais de sessenta anos, que têm dificuldade com tecnologia, com uso de totens, com abertura de chamados. Por isso, é fundamental melhorar a comunicação com o cliente, explicar como acessar os canais da empresa e como registrar reclamações. Outro ponto importante é a expansão da rede. Em obras públicas, quando precisamos de ligação elétrica, o tempo de resposta é muito demorado. Isso gera cobrança da população e dos

vereadores, e, muitas vezes, precisamos prorrogar prazos de obras porque a energia não chegou a tempo para sua conclusão. Mas não quero apenas fazer críticas. Tenho, graças a Deus, um bom acesso ao Arthur, e preciso registrar que, quando ele intervém, conseguimos resolver muitas situações em Sete Quedas. O problema é que esse acesso é restrito e ocorre apenas em momentos mais críticos. Então, deixo aqui meu agradecimento pela oportunidade de sermos ouvidos.

DEPUTADO CARAVINA – PSDB (proponente) — Obrigado, prefeito Erlon e aos vereadores presentes. Arthur, vou seguir com as próximas perguntas; você pode ir anotando e, ao final, poderá fazer uma manifestação. Com a palavra, o vice-prefeito de Inocência, Henrique. O senhor dispõe de dois minutos para sua manifestação.

SENHOR HENRIQUE CESAR LIRIA ALVES (vice-prefeito de Inocência) — Boa tarde a todos. Quero cumprimentar e agradecer ao deputado Caravina pela iniciativa; ao pessoal da Energisa; ao Tuta, nosso parceiro; ao Sérgio, que representou o prefeito; e a todas as pessoas presentes. Vejo aqui vários vereadores, o que demonstra o tamanho da demanda. Principalmente em Inocência, o Jean e a equipe da Energisa nos atendem muito bem. No entanto, a nossa deficiência — a nossa dor — é a mesma que o Sérgio relatou lá no sul do estado, em Amambai, e que todos os municípios de Mato Grosso do Sul enfrentam: os picos constantes de energia e a queima de equipamentos. O mais complicado é a situação do pai de família, mais humilde, que mora em uma Cohab ou em uma casa simples, porque ele não tem condições nem de acionar a Energisa, porque o processo de ressarcimento é difícil. Ele perde uma televisão, uma geladeira, e fica meses sem poder repor. Às vezes, fica até sem geladeira por não ter condições de comprar outra. Eu trabalhei em uma empresa que chegou a registrar vinte e dois picos de energia, o que danificou os equipamentos. E o processo para buscar ressarcimento é tão complicado que muitos acabam desistindo. O que precisamos são ações concretas e planejamento por parte da Energisa para Mato Grosso do Sul. A dor que sentimos aqui, na divisa do estado, é a mesma enfrentada em regiões próximas à Bolívia ou ao Paraguai. Precisamos de agilidade. Estamos em um momento de expansão. Inocência, por exemplo, está crescendo, mas hoje leva cerca de cento e oitenta dias para uma nova ligação de energia. Em três meses, conseguimos construir um hotel, considerando a eficiência da construção civil atual, mas a ligação de energia demora muito mais. Para nós, gestores públicos, isso é muito difícil, porque a cobrança da comunidade recai sobre nós. Precisamos dessa integração. E, mais uma vez, agradeço ao Jean e à equipe, que muitas vezes agilizam situações específicas. Mas, como o deputado vem insistindo, há uma questão estrutural: falta de equipes. Estamos a cerca de oitenta quilômetros de Paranaíba e dividimos atendimento com Paranaíba e Cassilândia. Imagine o tempo de resposta quando ocorre uma interrupção. Precisamos de um cronograma de investimentos mais concreto, não apenas números gerais, mas previsões claras. É necessário ampliar equipes, reduzir prazos e melhorar a qualidade da energia. Esse é um sofrimento comum a todos os sul-mato-grossenses.

DEPUTADO CARAVINA – PSDB (proponente) — Obrigado, Henrique, pela participação. Depois, no final, o Arthur fará considerações sobre as manifestações de cada município. Vou chamar outros nomes, caso ainda estejam presentes: Roberto Barbote, secretário de Obras de Santa Rita; Maria Jovelina da Silva, presidente da Câmara de Brasilândia; Evair, vereador de Costa Rica; e Aquelio Alves de Oliveira, de Sonora, secretário de Desenvolvimento Econômico. O senhor dispõe de dois minutos. Obrigado pela presença, representando o município de Sonora. As perguntas que não foram feitas aqui, ou daqueles que já se ausentaram, serão encaminhadas posteriormente à concessionária, junto com o relatório da Audiência Pública.

SENHOR AQUELIO ALVES DE OLIVEIRA (secretário municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente - Sonora) — Deputado, eu tenho bastante contato com o Jean; da Energisa, é o único que nos atende lá em Sonora. Mas, temos que falar a verdade: a Energisa, para piorar, tem que melhorar muito [sic], porque o serviço está muito ruim. Em Sonora, por exemplo, temos várias casas prontas — a prefeitura fez a rede — e não conseguimos entregar porque não aparece alguém para fazer a ligação. Nós fizemos a rede. Há um parque industrial onde também fizemos a rede. Fiquei um mês conversando com o Dian até que apareceu uma equipe para fiscalizar a obra feita pela empresa privada. O técnico ficou meia hora e fez a fiscalização; então, perguntei: “o que falta agora?”. Ele respondeu: “Falta ligar a chave, só colocar aquela vareta e ligar”. Eu disse: “Então liga”. Ele respondeu: “Não posso”. Perguntei: “Mas você é o quê?”. Ele disse: “Sou supervisor da Energisa”. Os engenheiros da empresa estavam todos ali. Perguntei novamente: “Por que você não pode?”. Ele respondeu: “Porque não está no sistema”. Eu disse: “mas você é o supervisor, você é o sistema”. E ele: “Não posso”. E não ligou. Levou quase trinta dias, com muita insistência junto ao Dian, até que apareceu outro profissional para dar a ordem ao eletricitista local. Em vinte minutos, ele foi lá, colocou a vareta e ligou. Ou seja, o serviço público já é burocrático por natureza. Mas a Energisa não é apenas burocrática — é extremamente burocrática. Sou servidor público há vinte e cinco anos e nunca vi uma empresa privada com esse nível de burocracia. Se não está autorizado no sistema, ninguém faz nada. Outra questão que me causa estranheza é o papel do Procon. Um órgão que deveria defender o consumidor, muitas vezes parece não cumprir esse papel da forma esperada. Acho que isso precisa ser revisto. Precisamos falar a verdade: não há concorrência. Não sei por que não existe, mas a Energisa acaba ficando em uma posição confortável, porque não temos a quem recorrer. Ou é ela, ou é ela... E isso gera acomodação. Se houvesse concorrência, haveria opção e o serviço tenderia a melhorar.

DEPUTADO CARAVINA - PSDB (proponente) — Obrigado pela contribuição. E essa dor que você relatou é a mesma de vários municípios. Já recebemos relatos semelhantes sobre a demora em novas ligações. Eu mesmo tive um caso em Bataguassu — o Dian sabe —, relacionado a uma escola. O pedido de ligação para que os aparelhos de ar-condicionado pudessem funcionar foi feito em março, mas só foi concluído em janeiro do ano seguinte. Talvez seja uma questão de protocolo, algo que possa ser ajustado — depois você pode comentar, Arthur. Chamo agora Luzia Rocha, da Câmara Municipal de



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MS”
REALIZADA EM 25/03/2026**

Juti. Está presente? Sara Castelhão, vereadora de Naviraí. Está presente? Com a palavra, a vereadora Sara Castelhão. A senhora tem dois minutos. Obrigado pela presença, representando Naviraí.

VEREADORA SARA CASTELHÃO - Podemos (município de Naviraí) — Em nome do deputado Caravina, a quem represento em Naviraí, agradeço a presença de todos. Um abraço também ao Tuta. Eu gostaria de fazer um questionamento: por que, em determinadas localidades, há diferença no atendimento de energia entre pessoas com melhores condições e aquelas menos favorecidas? Em várias regiões de chácaras, quem tem mais condições consegue acesso à energia; quem tem menos condições não consegue. Por quê? O custo para levar energia até essas residências é muito alto. Em Naviraí, especialmente nos assentamentos e chácaras, enfrentamos esse problema constantemente. Há pessoas que moram há oito anos no local e ainda não têm energia. Inventam um monte de justificativas no final e nós, vereadores, é que acabamos sendo culpados, como se não estivéssemos buscando condições ou soluções para viabilizar o acesso à energia. E também, em várias localidades, há supermercados em regiões mais afastadas que enfrentam esses picos de energia. Eles relatam que chegam a ficar até dois dias sem energia, perdendo leite, iogurte, carnes. E quem arca com esse prejuízo? Gostaria de saber, porque eles nos cobram uma resposta e eu aguardo essa resposta de vocês. Muito obrigada.

DEPUTADO CARAVINA - PSDB (proponente) — Obrigado, Sara. Agora César Moreth, vereador de Paranaíba. Está presente? Já se ausentou. José Quintino, vereador de Brasilândia, está presente? Nikely Alves Costa, diretora do Procon de Bela Vista, também não está mais. Isabelino Freitas, vereador de Bela Vista. Samuca Brasil também não está. Wesley Neres, presidente do Conselho Urbano Municipal da região do Lagoa. Está presente? Com a palavra, dois minutos para suas considerações. Obrigado pela presença.

SENHOR WESLEY NERES (Conselho Urbano Municipal - Região do Lagoa, Campo Grande) — Boa tarde a todos. Cheguei já no final, mas agradeço ao deputado pela oportunidade. Falo hoje em nome do Conselho Urbano Municipal da Região do Lagoa. Representamos cerca de vinte e seis bairros em Campo Grande, uma região que historicamente enfrentou muitas dificuldades na área de energia. Então, hoje eu gostaria de apresentar aqui uma sugestão, inclusive já discutida pelo próprio Giovani. Reitero todas as reclamações feitas — assino embaixo —, porque acredito que as dificuldades são comuns a todos, mas também penso que podemos compartilhar soluções. Esse modelo foi apresentado pelo Giovani, e faço questão de esclarecer que não tenho qualquer parentesco, sociedade ou vínculo com ele. Estou apenas reforçando uma alternativa que deu resultado em uma das regiões de Campo Grande. Nós enfrentávamos muitas dificuldades no atendimento, tanto da Energisa quanto da Águas Guariroba. No final de 2023, a Águas Guariroba trouxe uma solução simples, mas muito eficaz: a criação de um grupo que reunia técnicos da empresa, profissionais e lideranças comunitárias. Esse grupo aproximou a

comunidade das equipes técnicas. Antes, quando acionávamos o 0800, a demanda passava por vários setores até chegar ao responsável final. Com esse modelo, eliminamos esse caminho e passamos a ter contato direto com os técnicos que realmente resolvem os problemas. Essa ideia também foi proposta pela Energisa — se não me engano, no final do ano passado. Eu acredito que essa pode ser, talvez, uma solução para a maioria de vocês que hoje enfrenta essas dificuldades nos municípios. Muitos dos problemas apresentados — especialmente a demora no atendimento — poderiam ser minimizados com esse tipo de organização. Não sei se funcionaria da mesma forma em todas as localidades, mas, no nosso caso, quando reunimos todos em um único grupo — como você mencionou, Giovani —, incluindo técnicos, profissionais e lideranças, tivemos um avanço significativo. Inclusive, o próprio Giovani participa desses grupos. Além disso, incluímos também lideranças comunitárias e até moradores mais simples, que estão na ponta e vivenciam diretamente os problemas. Isso aproximou muito o atendimento da realidade da população e facilitou a solução das demandas. Foi essa a saída que encontramos. Hoje temos muito mais agilidade e facilidade no atendimento, e acredito que essa experiência pode contribuir para ajudar outros municípios. Muito obrigado a todos e obrigado pela oportunidade.

DEPUTADO CARAVINA - PSDB (proponente) — Obrigado, Wesley. Passo agora a palavra ao doutor Eraldo, secretário municipal de Governo de Brasilândia.

SENHOR ERALDO COELHO (secretário de Governo de Brasilândia) — Boa tarde a todos. Primeiramente, quero agradecer e parabenizar o deputado Caravina por este importante evento que traz ao debate os problemas relacionados à distribuição e à geração de energia elétrica pela Energisa e pela Neoenergia Elektro. Por sua vez, trago aqui um fraternal abraço da nossa prefeita Márcia Amaral, que não pôde estar presente por ter compromissos, e me pediu que a representasse e transmitisse esse cumprimento. Brasilândia é um município de pouco mais de onze mil habitantes, e ali temos o Assentamento Mutum. Esse assentamento é atendido pela Energisa e enfrenta diversos problemas. Trata-se de uma vila...

DEPUTADO CARAVINA - PSDB (proponente) — O município é atendido pela Elektro?

SENHOR ERALDO COELHO (secretário de Governo de Brasilândia) — O município, sim, é atendido pela Elektro.

DEPUTADO CARAVINA - PSDB (proponente) — E o Assentamento Mutum é atendido pela Energisa?

SENHOR ERALDO COELHO (secretário municipal de Governo de Brasilândia) — Isso, o Assentamento Mutum é atendido pela Energisa. São pequenos produtores rurais, em uma região elevada, com muita incidência de chuva e vento. A rede, em grande parte composta por postes de madeira, apresenta problemas constantes. Então,

eu gostaria de solicitar uma atenção especial da Energisa para essa região, com a realização de estudos e análises que possam resultar no reparo ou até na substituição desses postes. Por outro lado, a Elektro não está presente, mas eu preciso fazer um direcionamento a ela. Na área central do município, ainda há muitos postes de madeira com bases deterioradas, o que representa risco de queda de rede e prejuízo à comunidade, já que o sistema é interligado.

DEPUTADO CARAVINA - PSDB (proponente) — Vamos encaminhar essa solicitação.

SENHOR ERALDO COELHO (secretário de Governo de Brasilândia/MS) — Agradeço e reforço o pedido para que essa demanda também seja encaminhada à Elektro. Agradeço à Energisa pela presença e peço uma atenção especial ao Assentamento Mutum. Parabéns pelo evento. Muito obrigado, deputado.

DEPUTADO CARAVINA - PSDB (proponente) — Obrigado pela presença. Tenho mais algumas questões. Entre as perguntas já encaminhadas, a vereadora Fabiana Machado, de Glória de Dourados, trouxe um questionamento sobre a ausência de escritórios nos municípios. Fabiana, deseja fazer uso da palavra?

VEREADORA FABIANA BAHLS MACHADO - PSDB (município de Glória de Dourados) — Olá, deputado. Parabéns pela iniciativa, é um tema muito importante. O prefeito de Sete Quedas já saiu, mas faço minhas as palavras dele. Minha pergunta foi justamente sobre os escritórios. Nos municípios menores, enfrentamos muita dificuldade com isso. Acredito que, na capital, também não seja muito diferente. A teoria é uma coisa — a apresentação foi muito boa, interessante —, mas a prática é outra. Precisamos focar nisso. A presença de escritórios nos municípios seria muito importante. Obrigada.

DEPUTADO CARAVINA - PSDB (proponente) — Obrigado, vereadora Fabiana, pela contribuição. Os vereadores de Sete Quedas também estão presentes. O vereador Paolo Marcato solicitou a palavra. Peço que seja breve, em razão do horário, para que possamos encaminhar a fala final do Arthur.

VEREADOR PAOLO MARCATO - PL (município de Sete Quedas) — Boa tarde, deputado. Minha pergunta é rápida. Primeiro: o que pode ser feito — por parte da Energisa — para acabar com as constantes quedas de energia na nossa cidade? São muitas. Não temos furacões nem terremotos, mas, mesmo em dias de sol, a energia cai com frequência, sem necessidade de temporal. E, para complementar: como podem ser indenizadas as pessoas que foram prejudicadas por essas quedas constantes? Não é uma queda isolada — às vezes são vinte quedas em um minuto, o que acaba queimando eletrodomésticos. Então, como o munícipe pode ser indenizado? E como ele pode comprovar que o equipamento foi danificado em razão dessas oscilações frequentes? Muito obrigado.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MS”
REALIZADA EM 25/03/2026**

DEPUTADO CARAVINA - PSDB (proponente) — Obrigado, Paolo, pela contribuição. O vereador Donizete, também de Sete Quedas, tem uma pergunta.

VEREADOR DONIZETE SANTANA - PRD (município de Sete Quedas) — Boa tarde, deputado Caravina. Boa tarde a todos. A nossa demanda em Sete Quedas parece ser, principalmente, a falta de funcionários. Como já foi dito aqui, talvez haja apenas uma equipe para atender cinco ou seis municípios. Em caso de vento ou qualquer outro evento, há pessoas que ficam quarenta e oito horas sem energia — e, em alguns casos, até uma semana. Eu gostaria que o Arthur respondesse se não seria possível também instalar um escritório com funcionamento em período integral. Hoje há uma funcionária que atende somente das 12h às 17h; fora desse horário, não temos atendimento. Era essa a minha colocação. Obrigado.

DEPUTADO CARAVINA - PSDB (proponente) — Obrigado, Donizete. Ademir Muller, está presente? Não. Fábio Meloni, presidente da Câmara de Sete Quedas. Também não? Então, com a palavra, o Valdomiro.

VEREADOR VALDOMIRO LUIZ DE CARVALHO - PP (presidente da Câmara Municipal de Sete Quedas) — Boa tarde, deputado Caravina, nosso amigo Tuta, prefeito Sérgio. Em nome do prefeito de Sete Quedas, quero agradecer a presença de todos os prefeitos e, em meu nome, a presença de todos os vereadores aqui. De fato, não estamos falando de CPF, mas de CNPJ. O Arthur tem vínculo com Sete Quedas, por sua família, então há essa proximidade, mas ainda enfrentamos muitos problemas. Como já foi dito, não é preciso nem mudança no tempo para ocorrer queda de energia. Mesmo em dias normais, a energia cai diversas vezes ao longo do dia. Já fizemos abaixo-assinado com mais de oitocentas assinaturas, encaminhado diretamente à Aneel, e até agora não tivemos solução. Quero deixar uma sugestão para o nobre deputado e para o [trecho inaudível], que está aqui representando o Governo. Levem essa discussão à bancada federal, porque a atual concessão da Energisa no estado se encerra em 2027. A empresa já entrou com pedido de renovação em 2025, e a Aneel já deu parecer favorável. Em março, o Tribunal de Contas da União também aprovou. E temos exemplos no estado — como o caso da CCR MSVia — em que houve investimentos vindos do Governo Federal para duplicação de rodovia, mas até hoje não aconteceu nada. Então, sugerimos que a bancada federal, junto com a Assembleia Legislativa e a Assomasul, avalie a possibilidade de retardar essa renovação, até que a Energisa corrija esses problemas. Não estou desconsiderando os indicadores apresentados pelo Arthur, mas acredito que eles não refletem a realidade atual. Se for feita uma avaliação por região, ficará evidente que há muitas quedas de energia. Outro ponto com o qual não concordo é a negativação no Serasa por atraso na conta de energia. Além do corte, ainda há essa penalidade adicional ao consumidor. Eles estão dando mais penalidades para os contribuintes do que os juízes de futebol para o time do Palmeiras. Essa era minha manifestação.

DEPUTADO CARAVINA - PSDB (proponente) — Valdomiro, só não concordei com a parte do Palmeiras. Sua manifestação será encaminhada à bancada federal. E é importante que esta Audiência ocorra neste momento, justamente por ser o período de renovação da concessão, para que a Energisa possa, se necessário, apresentar um novo plano de investimentos. Agora, com a palavra, o vereador Lourinho, da Câmara Municipal de Batayporã. O senhor tem dois minutos. Obrigado pela presença.

VEREADOR LOURINHO - Podemos (município de Batayporã) — Boa tarde a todos. Quero parabenizar o deputado pela iniciativa desta Audiência. No meu município, a principal dificuldade é o melhoramento da rede e o aumento de carga. Temos dois bairros com quedas constantes de energia, e já foram feitos vários protocolos por comerciantes, mas não há retorno para a comunidade. Na localidade de Santa Cecília, estamos há oito anos solicitando melhorias na rede, sem resposta. A energia apresenta falhas constantes, mesmo em dias de sol, e há prejuízos sem o devido reembolso. Eu tenho um comércio de lazer, com dois campos de futebol, e frequentemente preciso pagar um eletricitista — cerca de duzentos reais — para resolver problemas simples, como religar uma chave, porque não há plantão no município. Então, eu gostaria de entender sobre esse retorno e a qualidade do serviço, que impacta diretamente toda a população.

DEPUTADO CARAVINA - PSDB (proponente) — Obrigado, Lourinho, pela contribuição. Agora, Priscilla Queiroz, presidente da Associação dos Moradores da Mata do Jacinto, aqui de Campo Grande. Obrigado, Priscila, por representar a comunidade.

SENHORA PRISCILLA QUEIROZ (representando o bairro Mata do Jacinto – Campo Grande) — Obrigada, deputado. Obrigada, Tuta. Falo em nome do meu bairro. Hoje, estamos recebendo dois grandes empreendimentos, algo que a Energisa tem conhecimento. No entanto, no horário de pico, temos quedas de energia diárias, porque o transformador não suporta o aumento da demanda. Então, minha primeira pergunta é: se a empresa já tem conhecimento desse crescimento, por que não aumenta a potência do transformador? A segunda questão: ontem chegou ao meu conhecimento que a conta de energia deixará de ser impressa e passará a ser enviada apenas por e-mail. Muitas pessoas idosas me procuraram preocupadas, perguntando como irão lidar com isso. Então, gostaria de esclarecimentos sobre essa mudança. E deixo também uma sugestão ao deputado: foram apresentados vários gráficos, mas falta um dado importante — o número de funcionários da Energisa ao longo dos últimos cinco anos. Com o crescimento populacional e econômico do estado, seria importante saber se houve aumento proporcional no efetivo da empresa. Obrigada.

DEPUTADO CARAVINA - PSDB (proponente) — Obrigado, Priscilla, e parabéns pela manifestação. Agora, Nilson Cardoso Rondon Júnior, assessor parlamentar da Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo. Está presente? Não. José Heleriano, vereador da Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo.

VEREADOR JOSÉ HELERIANO RODRIGUES DE SOUZA - PP (município de Ribas do Rio Pardo) — Boa tarde, deputado. Parabéns pela iniciativa. Falo em nome da população de Ribas do Rio Pardo e dos produtores. Os problemas com a Energisa não são recentes. Se chegamos ao ponto de esta Assembleia convocar uma Audiência Pública, é porque a situação é séria — e muito séria. A demora no atendimento, desde os serviços mais simples até os mais complexos, é preocupante. Estou acompanhado do procurador-geral do município e do responsável pela iluminação pública, e temos casos concretos: sete meses para realocar postes em uma obra de cinquenta milhões de reais; seis meses para realizar uma nova ligação em uma unidade de saúde; quatro meses para homologar e conectar uma usina geradora de energia — o que está custando ao município cerca de cem mil reais por mês. Além disso, há registros de fazendas que ficaram mais de vinte dias sem energia e assentamentos que permaneceram mais de sete dias sem fornecimento. Diante disso, os números apresentados aqui hoje não refletem a realidade que vivemos. Espero, sinceramente, que a Energisa gaste menos energia promovendo corrida de rua e deixe isso para outras entidades, e comece a fazer o básico: atender a população dentro dos prazos legais. Assim como a empresa é eficiente para cobrar e negativar consumidores, esperamos que também seja eficiente para prestar o serviço. Falo em nome do Executivo e do Legislativo de Ribas do Rio Pardo: muitas vezes nos sentimos ignorados, como se estivéssemos falando com as paredes — quando a gente leva alguma demanda —, diante da grande demora. E nós esperamos — isso é um pedido — que possamos construir um cronograma, identificar os gargalos de cada município e verificar o que será executado dentro do programa de investimentos para 2026, porque a situação atual não pode continuar.

DEPUTADO CARAVINA - PSDB (proponente) — Obrigado, vereador José Heleriano. Agora, o vereador César Moreth, do município de Paranaíba. O senhor dispõe de dois minutos para sua fala. Obrigado pela presença.

VEREADOR CÉSAR MORETH - Republicanos (município de Paranaíba) — Primeiramente, cumprimento o deputado Caravina e o parabenizo por esta iniciativa, juntamente com a Energisa, pela realização desta Audiência Pública. Paranaíba é uma região de grandes produtores de leite, uma das maiores bacias leiteiras do estado. Com as oscilações e quedas de energia, temos tido perdas significativas de produtos derivados do leite. Então, é fundamental que a Energisa adote medidas rápidas para evitar esses prejuízos. Outro ponto importante: a expansão do cultivo de cana-de-açúcar na região tem aumentado os casos de cabos e fios caídos nas plantações, o que tem provocado incêndios de grandes proporções. A Energisa precisa agir para reduzir esse risco. Portanto, deputado, solicitamos que a empresa esteja atenta a esses problemas e apresente soluções imediatas. Muito obrigado.

DEPUTADO CARAVINA - PSDB (proponente) — Obrigado, César. O último inscrito é o João Cidadão, mas já se ausentou. Arthur, conversando aqui com o Sérgio, percebemos que houve muitos desabafos, cobranças e pedidos. Não sei se seria viável

responder a tudo agora ou se seria mais adequado consolidar essas informações em um relatório. Você anotou os pontos, então talvez seja interessante apresentar posteriormente uma resposta formal, por escrito, para que possamos compartilhar com todos que participaram e fizeram questionamentos. Vou abrir agora para uma explanação breve sua e, se possível, depois formalizar essas respostas em documento.

SENHOR ARTHUR GRANDA (gerente comercial da Energisa) — Deputado, estamos aqui com toda a nossa equipe de assessores, e tudo o que foi colocado nesta Audiência está sendo registrado. Faremos os devidos encaminhamentos e trataremos cada caso específico, buscando soluções para todos. Eu gostaria de abordar alguns pontos recorrentes nas falas. Sobre canais de atendimento: temos um 0800 específico para clientes do Grupo A e outro voltado ao poder público. Além disso, contamos com agentes de relacionamento — mencionaram aqui o Dian e o Giovani —, mas temos vários profissionais atuando em todo o estado, promovendo esse atendimento mais personalizado, além dos canais digitais. Sobre os totens: eles foram implementados como um recurso adicional, não substituem o atendimento humano. Inclusive, permitem atendimento por vídeo, com interação direta com um atendente, ou seja, ampliam o acesso, mas não substituem o atendimento presencial. No caso de Inocência, participamos do Plano Diretor do município e mantemos reuniões semanais com o poder público. Estamos investindo mais de vinte e cinco milhões de reais para acompanhar o crescimento da região. Foram levantados diversos pontos, como a presença de atendimento em todos os municípios durante todo o dia e outros pontos que estão associados a investimentos. No entanto, é importante destacar que os investimentos da distribuidora seguem dois princípios fundamentais: a prudência — ou seja, a necessidade técnica do investimento — e a economicidade. O que significa esse pilar? Significa que precisamos, obrigatoriamente, realizar as ações com o menor custo global possível, ou seja, devemos garantir ao regulador que o custo de qualquer atividade da distribuidora seja o menor possível. Tudo isso precisa ser equilibrado, deputado e todos os presentes, para que não haja impacto excessivo na tarifa do sul-mato-grossense. Precisamos agir com prudência e buscar o menor custo global, garantindo ao cliente uma tarifa justa. No caso da escola de Bataguassu, executamos a obra em menos de cinquenta dias, no entanto, houve um período prolongado no trâmite burocrático junto à prefeitura, que acabou se estendendo por mais de cento e cinquenta dias. Nesse ponto, me coloco como responsável, junto às prefeituras, para que possamos melhorar o diálogo e evitar que processos fiquem parados por dificuldades de comunicação ou entendimento de ritos e burocracias. Outro ponto importante, que apareceu em diversas falas — de prefeitos e vereadores —, é o manejo da vegetação. Em parceria com a Agems, construímos um convênio com as prefeituras. Embora a responsabilidade pelo manejo seja municipal, a Energisa atua nesse convênio para desenvolver soluções conjuntas, buscando reduzir o principal fator de interrupções: a interferência das árvores na rede. Estamos em um momento oportuno para isso. Dos setenta e quatro municípios da nossa área de concessão, apenas dezoito aderiram ao convênio. Cito o exemplo de Bonito, que foi o primeiro a aderir e hoje é um caso de sucesso, com redução significativa das interrupções e grande satisfação por parte da gestão municipal. Também quero destacar que compreendemos as

situações de prejuízo relatadas — seja na cadeia produtiva ou em outras atividades. A empresa se solidariza com essas situações e atua com seriedade para evoluir continuamente. Existe um processo regulado para o ressarcimento de danos, disponível em nossos canais de atendimento. Além disso, quando não cumprimos os indicadores de continuidade estabelecidos pela Aneel, a compensação é realizada automaticamente na conta do cliente. Os prazos mencionados aqui não se referem exatamente aos prazos específicos de interrupção, mas a aspectos técnicos que podemos detalhar melhor em uma continuidade desse debate técnico. Quanto aos canais de atendimento, além das agências presenciais, temos atendimento digital, 0800, WhatsApp e o site da empresa. Reforçamos nosso compromisso com o desenvolvimento do estado, investindo de forma prudente, com modicidade tarifária, buscando sempre a satisfação dos clientes. E todas as manifestações feitas aqui, apontando oportunidades de melhoria, receberão nossa atenção para que possamos apresentar soluções. Muito obrigado.

DEPUTADO CARAVINA - PSDB (proponente) — Obrigado, Arthur. Caminhando para as considerações finais, quero dizer que esta Audiência Pública cumpriu o seu papel, que é dar voz à população. Fiquei muito satisfeito com a representatividade, Arthur — isso é fundamental. Vocês tiveram a oportunidade de ouvir diretamente as reclamações. Tivemos aqui mais de sessenta vereadores, a quem agradeço, pois são, de fato, a linha de frente junto à população. Também contamos com prefeitos, prefeitas, associações, representantes comunitários e cidadãos em geral. A Audiência transcorreu em alto nível, com todos expondo suas dificuldades e demandas. E acredito que há muitos pontos que podem ser aproveitados para promover melhorias. A busca por avanços deve ser constante, tanto por parte do poder público quanto da iniciativa privada. Então, tenho certeza de que muita coisa pode ser alcançada. Depois trataremos desses detalhes — acho importante compreendermos melhor esses pontos —, mas precisamos ter uma resposta objetiva com relação ao efetivo de trabalho, aos prestadores de serviço e ao tempo de resposta, porque é isso que está afligindo a população. Eu trouxe aqui exatamente o que chega até nós: o sentimento das pessoas. Essa é a função da frente parlamentar municipalista, envolver os municípios. Foi para isso que ela foi criada: para tentar solucionar, ou ao menos encaminhar e minimizar as demandas municipais. O fornecimento de energia elétrica é acompanhado pelos deputados e pela Assembleia Legislativa, e continuaremos fazendo esse acompanhamento para dar respostas à população. Vamos encaminhar os requerimentos — já tenho dois — à Energisa e buscar as respostas para, posteriormente, informá-las. São questionamentos objetivos que, aliados à parte técnica que você trouxe, permitirão mensurar o que pode ser feito e o que será melhorado com os investimentos anunciados. Se for necessário adotar alguma medida legislativa, dentro da nossa competência e com responsabilidade, poderemos fazê-lo. Refiro-me, por exemplo, à questão do tempo de resposta e das compensações já existentes. Hoje, essa compensação é calculada em quilowatts, algo de difícil compreensão para a população. Quando falamos em criar algum tipo de punição, seria uma forma de fazer com que a Energisa se autopolicie para cumprir esses prazos. Porque quando você tem uma contrapartida, acaba se policiando. Mas isso nós vamos analisar com calma. Se necessário, podemos propor



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MS”
REALIZADA EM 25/03/2026**

medidas, já que a defesa do consumidor também é competência concorrente da Assembleia Legislativa. Quero reiterar meus agradecimentos ao Sérgio, aqui representando os prefeitos — muito obrigado pela presença e pela fala —, ao Tuta, por disponibilizar seu tempo, representando o Governo do Estado — agradeço ao governador Eduardo Riedel. O Governo do Estado tem feito investimentos importantes, e essa “dor do crescimento”, como ele costuma dizer, é reflexo desse desenvolvimento. O estado vive um momento de expansão. Foi mencionada aqui a questão da celulose — sou autor da lei que criou o Vale da Celulose, envolvendo doze municípios impactados pelas fábricas e pelo plantio de eucalipto. O objetivo foi justamente chamar a atenção para essa região, como Inocência, que esteve representada aqui, e mostrar que queremos atrair investimentos, mas também garantir a infraestrutura necessária para suportar esse crescimento. Isso envolve investimentos públicos — com atuação do Governo Federal e do Governo Estadual — e investimentos privados, por parte das concessionárias. E isso já vem acontecendo, como você mencionou, no caso de Inocência, que hoje é uma das cidades mais impactadas por esse crescimento. Agradeço também a todos que permaneceram até o final — foi uma Audiência longa, mas muito proveitosa. Encerrando, agradeço mais uma vez a todos. Que Deus abençoe. Esta é a Casa do Povo, e estaremos sempre atentos. Sempre que houver demandas relevantes, em qualquer área, traremos para debate aqui na Assembleia Legislativa. Uma boa tarde a todos. Declaro encerrada esta Audiência Pública (17h38min).